
BOLETIM DA REAL ASSOCIAÇÃO
DOS
ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

O PELOURINHO DE CINTRA

Noticia historica

Ao sr. Dr. Sousa Viterbo.

O lindissimo monumento manuelino que se ergue majestoso na praça da villa de Cintra, não é um pelourinho, mas sim um repuxo.

Assim o affirmava o erudito visconde de Juromenha em uma comunicação feita ao conde Raczynski, em 27 de outubro de 1844 (1).

Dizia ainda Juromenha, na mesma occasião, que o pelourinho de Cintra era tão ornamentado como o de Alverca e o da Batalha.

Apesar d'estas informações categoricas dadas por aquelle illustre investigador, cuja seriedade está isenta de quaesquer suspeitas, varios escriptores, por inadvertencia, denominam pelourinho o repuxo da praça de Cintra!

Infelizmente Juromenha, não diz na citada comunicação, nem no seu excellente livro ácerca de Cintra (2), onde estava erigido o pelourinho.

Dil-o porém claramente a planta do *Real Paço e da villa de Cintra*, levantada, em maio de 1850, por José Antonio de Abreu, capitão enge-

(1) *Les Arts en Portugal* par le comte A. Raczynski. Paris, 1846. Pag. 426.

(2) *Cintra Pinturesca, ou memoria descriptiva da villa de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa, 1838. Esta obra sahiu anonyma, mas o seu auctor é o 2.º visconde de Juromenha, João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, nascido em Lisboa em 25 de maio de 1807, e fallecido, na mesma cidade, aos 28 de maio de 1887.

A sua biographia escripta pelo sr. Brito Aranha, vêm no *Occidente*, vol. X, anno de 1887, pag. 147.

nheiro e vogal secretario da Commissão do Tombo dos Bens da Corôa (3). (Estampa I).

O symbolo da jurisdicção do concelho e da sua autonomia municipal — o pelourinho — fôra levantado na praça Velha, junto ao cemiterio do hospital da Misericordia, como se vê designado sob o n.º 46 da interessante e referida planta, onde tambem, sob o n.º 35, se indica na outra praça um *repucho de cantaria lavrada*.

Está portanto confirmado pelo valioso documento do engenheiro Abreu, o que disséra Juromenha, isto é, o monumento da praça de Cintra é um repuxo.

Relativamente ao pelourinho que, em maio de 1850, ainda se erguia na praça Velha, fiquei sabendo unicamente pela planta, que tinha tres degraus.

Tendo lido cuidadosamente todos os livros que tratam de Cintra, e

(3) A Commissão do Tombo dos Bens da Corôa foi creada por Decreto de 4 de dezembro de 1843. Era composta de Joaquim Possidonio Narciso da Silva, architecto da Casa Real, José Antonio de Abreu, capitão de Engenheiros e Francisco José Caldas Aulete, solicitador da Casa Real.

José Antonio de Abreu nasceu em Lisboa em 1795; assentou praça em 1 de agosto de 1815 no posto de 2.º tenente; foi promovido a 1.º tenente em 11 de maio de 1819; a capitão em 13 de abril de 1823; a major em 8 de agosto de 1850; a tenente-coronel em 27 de novembro de 1854; a coronel em 13 de maio de 1864; a general de brigada reformado em 21 de setembro do mesmo anno. Falleceu em 10 de fevereiro de 1873. Fôra um dos officiaes convencionados de Evora Monte, tinha as medalhas da Restauração e Regia Effigie e a commenda de Aviz. Foi um dos officiaes mais illustres do nosso exercito e dos que mais honraram a sua patria. Desde o reinado da senhora D. Maria II estava servindo por commissão no paço, onde foram muito apreciados os trabalhos de que o incumbiram, relativos ao Tombo da Casa Real. Os senhores D. Pedro V e D. Luiz I tratavam-no com a maior consideração.

Colhi estas informações no Ministerio da Guerra e no *Diario de Noticias* de 11 de fevereiro de 1874.

Da planta do *Real Paço e da villa de Cintra* levantada pelo engenheiro Abreu, foi reproduzida unicamente a parte que interessa a esta noticia, pelo sr. Carlos Parheco de Albuquerque, habil desenhador de 2.ª classe de Obras Publicas.

A planta original foi-me gentilmente emprestada pelo meu amigo e distincto collega sr. Francisco Venancio da Veiga e Cunha, conductor de 1.ª classe de Obras Publicas.

A ambos estes cavalheiros testemunho aqui a minha gratidão.

PLANTA
REAL PAÇO
 E DA
VILLA DE CINTRA

Levantada por

JOZÉ ANTONIO DE ABREU

Capitão Engenheiro.

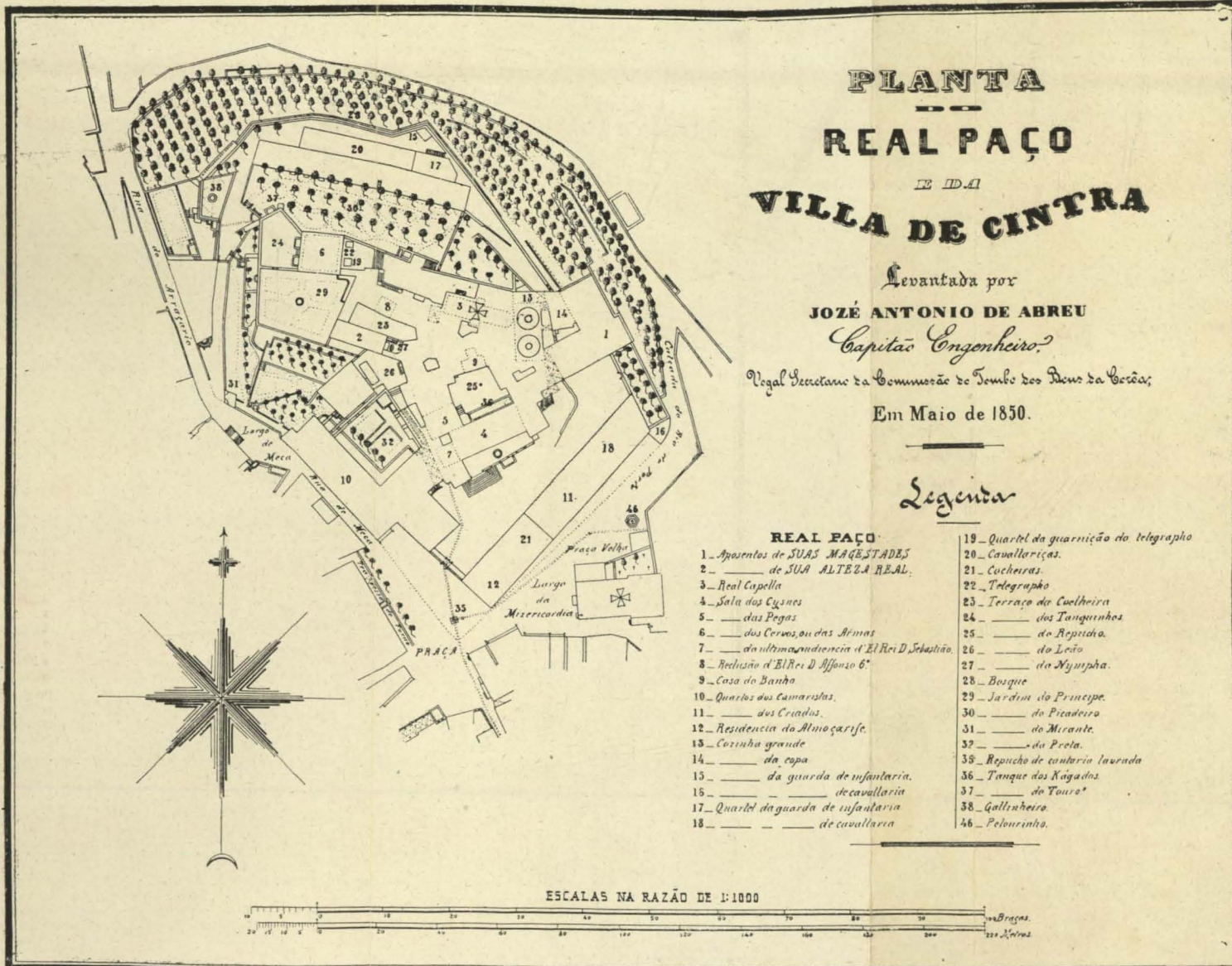
Legal Secretário da Commucação de Tombos dos Reus da Beira;

Em Maio de 1850.

Legenda

REAL PAÇO

- | | |
|---|--|
| 1. Aposentos de <i>SUAS MAJESTADES</i> | 19. Quartel da guarnição do telegrapho |
| 2. — de <i>SUA ALTEZA REAL.</i> | 20. Cavalariças. |
| 3. Real Capella | 21. Cocheiras. |
| 4. Sala dos Cygnos | 22. Telegrapho |
| 5. — das Pegas | 23. Terraco da Cuelheira |
| 6. — dos Corvos, ou das Armas | 24. — dos Tanguinhos |
| 7. — da ultima audiencia d'El Rei D. Sebastião | 25. — do Repicho. |
| 8. Residência d'El Rei D. Affonso 6. ^o | 26. — do Leão |
| 9. Casa do Banho | 27. — da Nymppha. |
| 10. Quartos dos Camaristas. | 28. Bosque |
| 11. — dos Criados. | 29. Jardim do Principe. |
| 12. Residencia do Almoçarife. | 30. — do Picadeiro |
| 13. Cozinha grande | 31. — do Mirante. |
| 14. — da copa | 32. — da Preta. |
| 15. — da guarda de infantaria. | 33. Repicho de cantaria lavrada |
| 16. — de cavallaria | 36. Tanque das Kigas das |
| 17. Quartel da guarda de infantaria | 37. — do Touris? |
| 18. — de cavallaria | 38. Galinheira. |
| | 46. Pelourinho. |



não encontrando n'elles referencia alguma ao pelourinho, resolvi, como ultimo recurso, obter informações locais.

A tradição oral na memoria dos velhos é quasi sempre um grande auxiliar nas investigações historicas, por isso pensei interrogar, sobre o assumpto em questão, qualquer velho natural de Cintra que possuisse ainda bastante lucidez de espirito.

Foi-me indicado um octogenario residente em S. Pedro de Penaferrim, que eu immediatamente procurei, pedindo-lhe me narrasse o que sabia ácerca do pelourinho. Prometteu-me dizer quanto sabia, mas com a condição de eu não declarar o seu nome, por motivos que considerei muito attendiveis. Aceitei a condição imposta pelo sympathico velhinbo, que, sem esforço de memoria, me contou o seguinte :

«O pelourinho foi demolido á marreta e a tiro de polvora em 1852 ou 1854 pelo ferrador Lino José dos Reis, que tinha a ferraria em um barracão proximo d'elle e encostado ao muro do cemiterio da Misericordia (4). A demolição foi feita de noite, apparecendo o pelourinho de manhã, completamente destruido. Todas as pedras foram partidas e empregadas nos alicerces e nas paredes da casa que o alludido mestre ferrador construiu na praça Velha e que ainda hoje está de pé.

«O pelourinho era muito alto, acabava em bico (sic), onde tinha um ferro aguçado com quatro palmos, approximadamente, de altura.

«A columna era retorcida (sic) e muito parecida com a de uma janella do Paço da villa e que dá para o pateo de entrada.

«A meio da columna havia uma moldura em volta d'ella, onde estava fixe (sic) uma argola de ferro. Na base tinha tres degraus.

«O bico (sic) da parte de cima do pelourinho era muito parecido com o do pelourinho de Collares. O pelourinho estava ao cimo da calçada do Rio do Porto, na praça Velha, em frente do muro do cemiterio da Misericordia.

«Ouvi contar a meu pae que, em 1805, os réus de um crime praticado em Valle de Milho, povoação d'esta freguesia de S. Pedro de Penaferrim, foram os ultimos condemnados que estiveram expostos no pelourinho de Cintra, nús da cintura para cima.»

(4) Por lapso, na copia da planta do engenheiro Abreu, não se indicou com o n.º 66 o quadrilatero junto ao muro do cemiterio da Misericordia que representa o barracão do ferrador e que vêm na legenda sob o titulo de Alveitarias.

Eis tudo quanto disse o bom velhinho e que eu, ao mesmo tempo, fui escrevendo sem alterar uma só palavra.

Sabido o vandalismo de que fôra victima o pelourinho, mas não podendo convencer-me de que o seu executor tivesse praticado aquelle acto por mótu proprio, logo fiz tenção de compulsar os livros das actas das sessões da Camara Municipal, referentes aos annos indicados pelo meu excellente informador.

Encontrei o que pretendia saber na acta da sessão camararia de 10 de maio de 1854 (5). Por proposta do vereador José Joaquim Roquette,

(5) Antes de transcrever a certidão que possuo da parte da acta referente a proposta do vereador Roquette, cumpre agradecer muito reconhecido ao digno Secretario da Camara Municipal de Cintra o sr. Antonio Augusto Rodrigues da Cunha, a maneira attenciosa e o interesse com que me auxiliou nas minhas pesquisas.

Segue-se a certidão:

Antonio Augusto Rodrigues da Cunha, Secretario da Camara Municipal do Concelho de Cintra:

Certifico que na secretaria a meu cargo da Camara Municipal d'este Concelho, existe archivado um livro, com o numero nove, das actas das sessões da Camara, e n'este, de folhas cento e trinta e sete verso a folhas cento e trinta e nove, se vê lavrada a acta da sessão de dez de maio de mil oitocentos e cincoenta e quatro, a que presidiu o respectivo presidente Alberto Francisco Maria Perfumo, assistindo os vereadores Candido Maria da Silva, Antonio Paulo, José Francisco de Miranda, José Joaquim Roquette e Joaquim Ignacio da Silva Guerra, e da mesma acta consta, ter tido logar, por proposta do vereador José Joaquim Roquette, a seguinte deliberação:—«*Que tendo-se conhecido a vantagem que resulta para a decencia e acção publico, fechando-se o terreno onde se acha edificado o Banco do Mestre Ferrador Lino José dos Reis, junto da porta que dá serventia para a sacristia e côro da Misericórdia d'esta villa, lhe concedem licença para fechar o terreno á sua custa e de maneira que a Camara já lhe indicou, SENDO ARRIADO O PELOURINHO onde deve terminar o muro, dando a entrada para o pateo ou telheiro pelo lado da Estrada, e não da porta da Misericórdia.*»—Por me ter sido requerida passo a presente certidão transcrevendo textualmente a deliberação que antecede, da acta referida, a que me reporto. Vae sellada com o sello d'esta Camara. Paços do Concelho de Cintra, secretaria da Camara Municipal, em cinco de janeiro de mil novecentos e cinco. Do emolumento devido de quinhentos e oitenta réis, vae paga por estampilhas a contribuição devida. E eu Antonio Augusto Rodrigues da Cunha, secretario da Camara, que a subscrevi (a) Antonio Augusto Rodrigues da Cunha. Logar do sello branco da Camara e de trez estampilhas de contribuição industrial: uma de 30, outra de 5 e outra de 2 réis. A' margem a nota—Gratiz—e a rubrica—Cunha.

deliberou a Camara: «*Que tendo-se conhecido a vantagem que resulta para a decencia e acceio publico, fechando-se o terreno onde se acha edificado o Banco do Mestre Ferrador Lino José dos Reis, junto da porta que dá serventia para a sacristia e côro da Misericordia d'esta villa, lhe concedem licença para fechar o terreno á sua custa e de maneira que a Camara já lhe indicou, SENDO ARRIADO o PELOURINHO onde deve terminar o muro, dando a entrada para o pateo ou telheiro pelo lado da Estrada, e não da porta da Misericordia.*»

A impressão que senti ao terminar a leitura da proposta do vereador Roquette, só a podem avaliar aquelles que, como eu, são fanaticos por velharias...

Que os edis do Municipio de Cintra em 1854, *a bem da decencia e acceio publico*, deliberassem fôsse vedado com um muro o terreno da ferraria do mestre Lino, é perfeitamente acceitavel; mas que condemnassem a ser *arriado* (sic) o pelourinho, não se lhes pôde perdoar tão grande selvageria!

Tudo quanto até aqui tenho narrado acerca do pelourinho de Cintra, foi por mim communicado á Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em sessão de assembléa geral realisada a 9 de junho de 1903.

Durante anno e meio uma commissão de serviço official me impediu de continuar as minhas pesquisas.

Ficára sabendo o sitio onde estivera o pelourinho, pela planta do engenheiro Abreu; como elle era, pela narrativa do bom velhinho; quando fôra demolido, pela acta da sessão camararia; restando-me apenas procurar desenhos antigos referentes a Cintra, na esperanza de encontrar em algum a reproducção d'aquelle monumento que tão vandalicamente desaparecera em 1854.

Acceitando o offercimento feito ha muito tempo pelo meu amigo e distincto bibliophilo sr. Henrique Marques (6); para ir compulsar as suas valiosas collecções de estampas antigas, fui a sua casa no dia 4 de dezembro do anno passado, tendo tido a fortuna de descobrir n'um album

(6) O sr. Henrique Marques, meu prestimoso amigo, além de ser um distincto bibliophilo e bibliographo, é tambem hoje um dos mais arrojados editores de Lisboa, a quem as letras patrias já devem relevantes serviços, taes como a publicação das obras dos grandes escriptores Castilho e Garrett, em edições populares excessivamente baratas.

de vistas de Cintra, o pelourinho desenhado nitidamente, tal qual me fôra descripto pelo velhinho de S. Pedro de Penaferrim.

O precioso e interessante desenho que hoje se reproduz pela primeira vez, (estampa II), deve-se ao lapis do artista inglez William Hickling Burnett e faz parte de um album, contendo quatorze vistas lithographadas, intitulado — *Burnett's Views of Cintra* (7).

Representa o desenho a calçada do Rio do Porto, vendo-se á esquerda do observador a muralha de suporte, seguindo-se a esta o edificio do hospital da Misericordia, onde claramente se destaca a antiga porta do cemiterio, e que dava tambem serventia á sacristia e côro, tendo na sua

(7) O album é in-folio grande e o frontispicio o seguinte:

Burnett's | Views of Cintra. | London: | Price 30 s. | Published by Jos^{rs}. Dickinson, 114 New Bond Street. | Lisbon — W. S. Burnett, Esq. Oporto — F. F. B. Shore, Esq. | Seguem-se duas estrophes do Childe Harold.

Dedicatoria: *To | His most excellent majesty, | William the Fourth, | This Work, | containing fourteen of the most remarkable | Views of Cintra, | is | with his gracious permission, | humbly and respectfully dedicated | by | his majesty's | most devoted and faithful subject, | William Hickling Burnett. | Seguem-se 14 estampas lithographadas, tendo á esquerda, em baixo:*

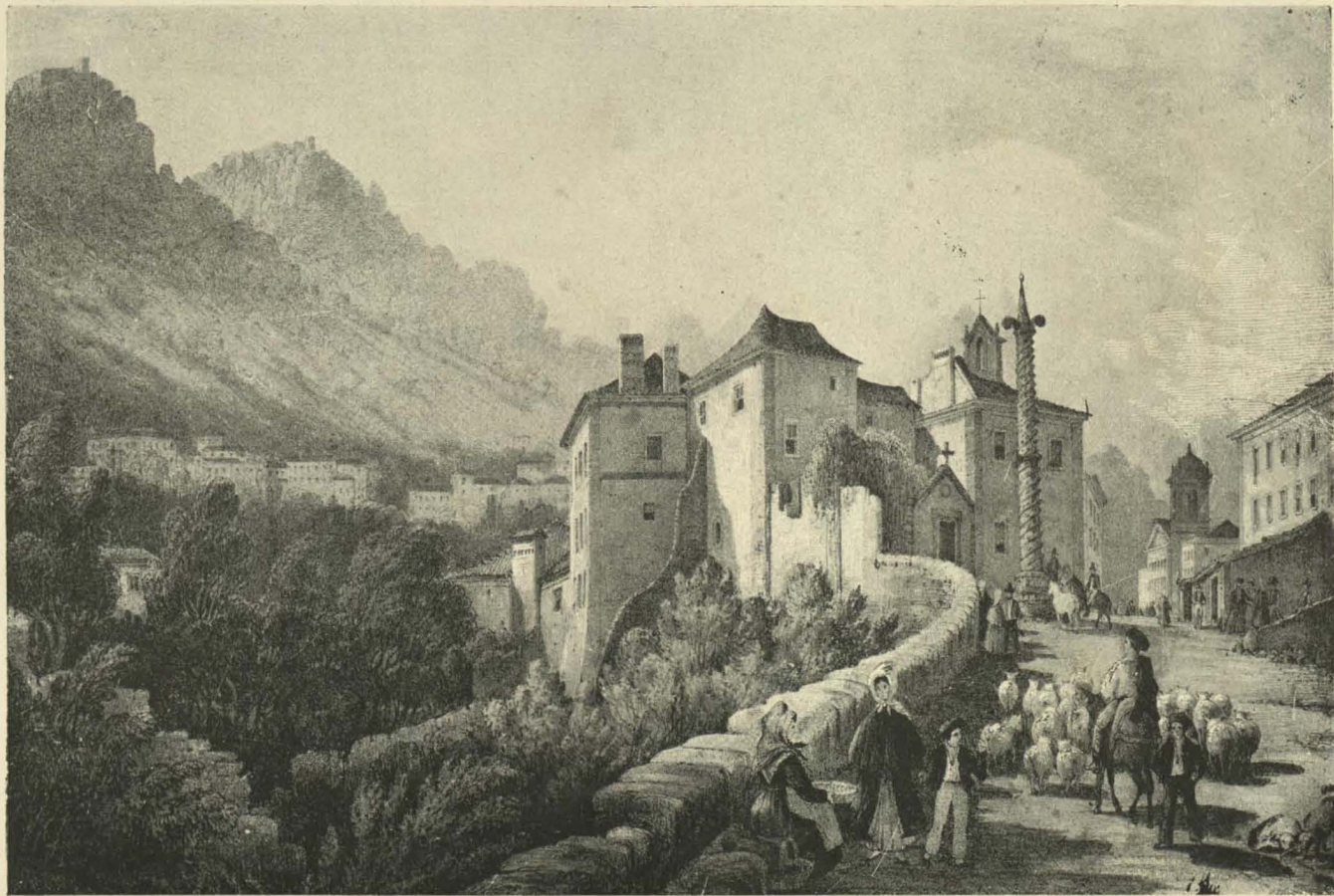
| Drawn from nature & on stone by W.^m H. Burnett. | A' direita, em baixo: | Printed by C. Hullmandel. | Estampas: 1.^a — Cintra. 2.^a — Cintra. — From the east. 3.^a — The market place Cintra. 4.^a — Entrance to Cintra. — from Lisbon. 5.^a — The convent of the Penha Longa. 6.^a — The convent of Nossa Senhora da Penna (sic). 7.^a — General view of Cintra. 8.^a — Cintra. — From the west. 9.^a — The Cork convent. 10.^a — Apart of the pelace. — Cintra. 11.^a — An old chapel of the moorish castle. 12.^a — The Church of Cintra. 13.^a — A distant view of the Penna (sic) convent. 14.^a — Entrance to the Penna (sic).

A'cerca do artista inglez William Hickling Burnett, nenhuma informação pude obter.

No almanack Estatístico de Lisboa em 1837, a paginas 149, vem um Guilherme S. Burnett, negociante estrangeiro, morador no Largo das Chagas, n.º 8. Será o mesmo que figura no frontispicio do album? O nome proprio, a inicial e o appellido são perfeitamente eguaes.

Cabe n'esta occasião agradecer aos meus illustres amigos os eruditos escriptores srs. Dr. Sousa Viterbo e Guilherme Henriques, e a meu primo e bom amigo sr. José Augusto Carneiro, distincto linhagista portuense, o auxilio valioso que me dispensaram inquirindo a respeito de Burnett, o primeiro e o ultimo no Porto e o segundo em Londres.

Agradeço tambem ao meu amigo sr. Henrique Marques o emprestimo do album para a reproducção das estampas.



Cintra. — From the east.
Cintra — Vista tirada do nascente

ESTAMPA III



Pelourinho da villa de Collares

rente o pelourinho. A' direita está o annexo do Paço real, destinado a habitação do almoxarife. Ao fundo divisa-se a torre da igreja de S. Martinho.

O trabalho de Burnett não indica o anno em que foi feito, mas como elle o dedicou ao rei de Inglaterra Guilberme IV, que foi aclamado em 26 de junho de 1830 e falleceu em 20 de junho de 1837, fica-se sabendo que fôra executado entre aquellas duas datas.

A' vista do desenho do artista inglez, está confirmado plenamente tudo quanto o meu informador disse ácerca da configuração do pelourinho, faltando apenas comparar o seu coroamento com o de Collares, (estampa III), vendo-se, na realidade, haver uma tanta ou quanta semelhança (8).

Ainda pelo desenho de Burnett, julgo se poderá ter a certeza de que o pelourinho de Cintra era um monumento do seculo XVI, posterior talvez a 1514, pois foi n'este anno, a 29 de outubro, que el-rei D. Manuel reformou o foral da villa, que fôra dado por D. Affonso Henriques em 9 de janeiro de 1154, e seu filho D. Sancho o confirmou em 1189.

Julgo tambem que, depois das minhas investigações sobre o monumento, infelizmente desaparecido por uma fórma tão brutal, e ficando a sua historia comprovada por documentos irrefutaveis, não resta a minima duvida de que a joia manuelina hoje ainda erecta na praça de Cintra, não é o pelourinho.

*
* *
*

O vetusto repuxo manuelino, que os cintrenses designam por *esguicho da praça* e que varios escriptores, como já disse no começo d'esta noticia, classificam de pelourinho, vem mencionado em um manuscrito

(8) Esta estampa é reproduzida de uma photographia tirada pelo sr. João Moreira, empregado do real Paço de Cintra.

Incidentemente direi que na importante obra do architecto allemão A. Haupt «*Die baukunst der renaissance in Portugal*» por equivoco, a paginas 149 do 1.º vol. vem uma gravura que representa o cruzeiro que está á entrada da villa de Collares, como sendo o pelourinho.

O 1.º volume da obra de Haupt foi traduzido em portuguez e publicado na revista *Serviços*, desde os n.ºs 13 a 24. Traz o mesmo equivoco relativo ao pelourinho de Collares, a meu vêr perdoavel ao auctor, por ser estrangeiro, mas imperdoavel ao traductor!

de Antonio Coelho Gasco (9), escriptor que viveu no seculo xvii, pela fôrma seguinte: . . . «*no meio delle (do grande terreiro em frente do paço) está huma perene fonte de agoas clarissimas e saborosas, feita de finissimo marmore, e de obra mui singular e perfeita.*»

O erudito visconde de Juromenha na sua já citada e interessante obra *Cintra Pinturesca*, transcreve tambem a paginas 46 o trecho de Gasco e, a paginas 30, diz o seguinte: . . . «*no centro da praça se vê hum repuxo, de cantaria lavrada de obra antiga, que supponho obra d'El-Rei D. Manoel, que recebe agoa, que vem do cume da serra, para o serviço do paço*» (10).

Pela descripção que nos deixou Gasco, deprehende-se que, n'aquelle epocha, o repuxo lançava agua com abundancia.

Ora aquella agua, naturalmente, devia cabir n'um tanque.

O desenho mais antigo que eu tenho visto do repuxo da praça de Cintra, é o que vêm no album de Burnett e que hoje se reproduz tambem pela primeira vez, (Estampa IV), mas onde não se vê indicado o tanque (11).

(9) O manuscripto de Antonio Coelho Gasco, guarda-se na Bibliotheca Nacional de Lisboa. Intitula-se: *Primeyra part.ª das antigui | dades da muy noble | Cidade de Lisboa | Imporio do mundo, | e Princesa do | mar Oceano. | Dedicada, ao Illustrissimo e Reveren | dissimo S:or Edoardo Farnese, Cardeal | da S. R. E. e governador do Prin | cipado de Parma. | Por Antonio Coelho Gasco, agradoado em leys. |*

O trecho transcripto vêm a paginas 25.

Antonio Coelho Gasco natural de Lisboa, foi Auditor Geral do Pará; falleceu em 1666. Escreveu as seguintes obras: *Seis Partes da Nobreza de Espanha; Arvore da casa de Linhares; Antiquidades de Lisboa; Antiquidades de Braga; Conquista, e antiquidades de Coimbra.*

(10) Na planta do engenheiro Abreu está indicada a linhas ponteadas, a canalisação da agua que abastecia o repuxo e d'este seguia pela praça e ainda hoje segue, para o pateo de entrada do paço, como nos diz Juromenha.

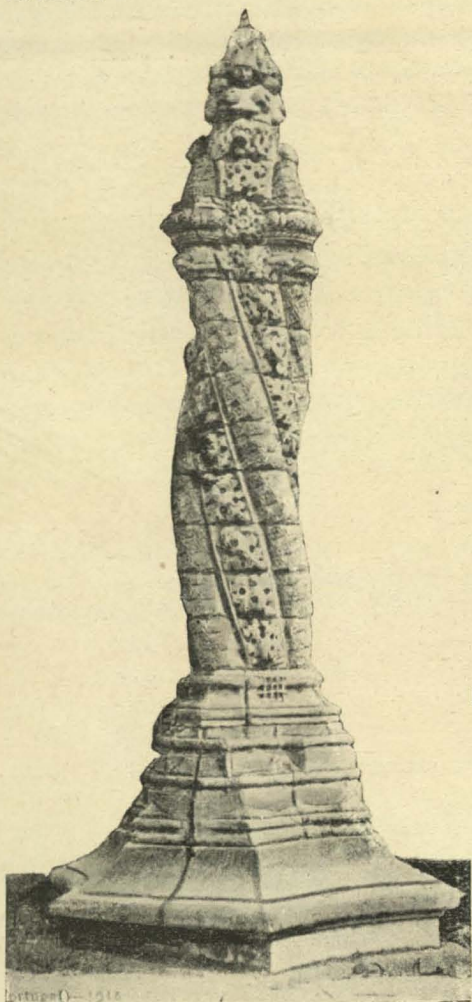
(11) O desenho de Burnett indica á esquerda o antigo alpendre que servia de mercado e que foi demolido por deliberação camararia em abril de 1893, começando a demolição na madrugada de 7 de maio do mesmo anno.

Pobre alpendre! Foi mais uma victima do camartello destruidor da camara de Cintra!

Ao meio da estampa vê-se o edificio da Cadeia e por cima a torre do relogio da villa.

A' direita e ao fundo observa-se o telhado e a torre da igreja de S. Martinho.

ESTAMPA V



ESTAMPA VI



Letra que está gravada na base do repuxo

Repuxo monumental da praça de Cintra

Quando foi demolido o tanque primitivo, ignoro; mas de que elle não existia já entre os annos 1830 e 1837, epocha em que Burnett desenhou o seu album, parece-me não haver duvida.

Parece-me tambem poder-se admittir a hypothese que o tanque fôsse demolido para dar mais terreno ao mercado que outr'ora se fazia em toda a praça.

O coroamento do repuxo, ou antes, o repuxo propriamente dicto, como está representado no desenho de Burnett, foi eliminado em 1882, por occasião das festas a Nossa Senhora do Cabo.

N'aquelle tempo construiu-se um tanque, que foi ornamentado com pedras tôscas, e, em 1884, substituíram-no por um lago de cantaria, vindo da quinta real de Queluz. Mas era tão notoria a desharmonia entre o repuxo manuelino e o tanque *rocaille*, que houve o bom senso (até admira!) de desmanchar aquella anomalia, verdadeiro anachronismo (12).

O terreno proximo do repuxo está actualmente ajardinado com uma bella palmeira que a Camara para commodidade dos municipales, rodeou com uma muralha de alvenaria revestida de ladrilho mosaico, a que chama um banco! A quem pôde peço faça desaparecer aquella monstro, que está mettendo medo á linda reliquia manuelina, e causando espanto aos visitantes nacionaes e estrangeiros.

O repuxo tal qual se encontra hoje, vae reproduzido na estampa V (13).

Embora Juromenba, com a sua reconhecida modestia, diga *suppsr* obra de el-rei D. Manuel o repuxo monumental, a sua ornamentação é tão característica d'aquelle reinado glorioso, que desvanece quaesquer duvidas.

Na base do repuxo está gravado um B gothico (estampa VI), que deve ser a inicial do nome ou do appellido do artista canteiro que executou aquella obra primorosa (14).

(12) Na obra de Haupt, já citada, vol. I a paginas 134; no *Occidente*, vol. X a pag. 148 e na *Historia de Portugal*, popular e illustrada por M. Pinheiro Chagas, 3.ª edição, 1902, vol. VI a paginas 472, vêem gravuras representando o repuxo, denominando-o *pelourinho*, com o tanque da quinta real de Queluz.

(13) Esta estampa é reproduzida de uma photographia tirada pelo sr. João Freira.

(14) Encontrei esta indicação a paginas 96, nota n.º 2 da obra intitulada *Descripção minuciosa do monumento de Mafra, seguida d'uma noticia de Cintra*, por Joaquim da Conceição Gomes. Edição de 1871. A letra foi moldada para se reproduzir em estampa, pelo habil formador Antonio Felix Mauricio, operario das Obras Publicas, que, a meu pedido, executou este trabalho.

Seguindo este raciocinio, lembrei-me de consultar no Real Archivo da Torre do Tombo o livro de contas do almoxarife do paço de Cintra, André Gonçalves (15), repositório interessantíssimo pelas noticias que dá das obras executadas desde 1508 até 1510, mas nada consta sobre aquelle trabalho.

Como o livro está truncado, quem sabe se, nas folhas que se perderam, estaria designada aquella obra e o nome do executante?

Está findo o que tinha para dizer ácerca do pelourinho e do repuxo monumental da villa de Cintra. Expuz como soube e como pude o resultado das minhas investigações. Não imaginem os que lerem esta despreziosa mas verdadeira noticia, que tenho aspirações a archeologo, quando sou unica e simplesmente um caturra que muito préza as velharias da sua querida patria.

Alfarrobeira (Bemfica), em 7 de março de 1905.

ANTONIO CESAR MÊNA JUNIOR.

(15) *L.º truncado da receita e despesa de André Gonsalves anno de 1508.* Armario 26 do interior da Casa da Corôa, maço unico.

Este livro vêem transcripto na integra, no excellente trabalho do sr. Conde de Sabugosa *O Paço de Cintra*, a paginas 221.

(*Nota ultima*). — Os clichés das estampas que acompanham esta noticia foram habilmente executados na *Officina Photomechanica* de que é proprietario o meu velho amigo e antigo condiscipulo sr. Thomaz Bordallo Pinheiro.



The market place. — Cintra.
Praça do mercado — Cintra

CRUZEIROS NOTAVEIS

(Contin. do n.º anteced.)

XII

Cruzeiro da Alameda do Lumiar

Quem passar hoje pela Alameda do Lumiar já não encontrará ali o padrãozinho, que, sob uma fôrma religiosa, nos attestava uma obra profana. Felizmente, houve mais de um curioso que lhe salvou a memoria.

Principiaremos por transcrever o que se lê numa folha de Lisboa, o *Economista*, no seu n.º 1221, publicado em 24 de dezembro de 1885 :

« Refere um correspondente* de Lisboa, para um jornal do Porto (*O Commercio Portuguez*) :

Fui hontem passar o dia ao Lumiar, ao sitio da Alameda, numa quinta fronteira á cruz, que matou ha dias um bombeiro dos Olivaeas que se agarrou a ella para poder escapar a uma vacca brava.

« A haste e os braços da cruz lá estão partidos e cahidos por terra. O que se conserva de pé é um pedestal, onde se lê, na face anterior, uma curiosa inscripção que passo a transcrever, desenvolvidas as abreviaturas e letras inclusas. E' do teor seguinte :

« *Este cruseiro e calsada e soqualco (socalco) e lameda mandou fazer Dom Francisco de Castello Branco e Cunha no anno de 1682. E pede um Padre Nosso e Ave Maria pela sua alma.*

Quem diria a D. Francisco que o seu cruzeiro, obscuro transmissor da sua utilitaria obra, havia de ser, passados 203 annos, a causa da morte de um pobre bombeiro?

O destino das coisas ! »

E o dos homens ! accrescentaremos.

Quem julgaria que esta inoffensiva cruz, commemorativa de uma obra profana, viria a desabar com o labéo de homicida !

Um outro corollario poderíamos d'aqui deduzir. Se a cruz, sob o ponto de vista moral, é um dos mais consoladores refugios para as almas attribuladas, sob o ponto de vista physico já não succede o mesmo, pois é necessaria toda a prudencia e cautela para que se não repitam casos tão desastrosos como o do Lumiar.

Este singelo artiguinho vae ser enriquecido com um valioso commentario: uma carta do illustre escriptor o sr. Visconde de Castilho, que passamos a trasladar, convencido de que nos perdoará a indiscripção que redundo em proveito da archeologia nacional.

Ex.^{mo} Amigo e Sr.

Talvez possa servir para a sua conscienciosa historia dos cruzeiros a seguinte noticia:

Na estrada que de Lisboa conduz ao Lumiar, no sitio onde ella, junto a esta povoação, alarga e toma o nome de *Alameda do Lumiar*, conheci, e conheceu toda a gente até ha poucos annos, uma cruz de pedra, muito singela, com um pedestal levantado sobre tres ou quatro degraus. No pedestal lia-se esta iscripção, fielmente copiada por mim em 26 de Abril de 1897:

<p>ESTE CRUZ^{RO} E CA = LSADA · E SOQA · LQVO · E · LAMEDA · MANDOV · FAZER DOM F^{RO} DE CAS^TE = LLO BR^{CO} E CVNHA · NO ANNO · DE 1682. E PEDE HVM P NOSO E AVE M^A PELAS ALMAS</p>

Não tive por ora occasião de averiguar quem fosse esse D. Francisco; mas oiço que o palacete fronteiro ao sitio do dito cruzeiro, hoje pertencente ao Visconde de Sousa Prego, tinha pertencido á casa dos condes da Figueira. Como o apellido de Castello Branco é ainda um dos d'essa casa, é mais que provavel que o D. Francisco fosse avoengo do actual conde. O palacete acha-se arruinado depois de um incendio que padeceu, e nunca se reedificou

senão n'uma pequena parte para a esquina do norte. Quando se terraplanou e affieçoou a alameda, e se plantaram n'ella algumas renques de arvores, as Obras Publicas entenderam demolir o cruzeiro, que aliás não fazia mal nenhum, nem causava pejsamento, por se achar fóra do alinhamento da estrada. Coisas nossas.

Nos Oliveaes, e partir da estação para a banda da quinta dos Marcos (estrada de Sacavem) havia uma pittoresca e sombria azinhaga tortuosa, que passava por Muscavide, e lá no alto se partia em dois braços: o da esquerda para os Marcos, o da direita para a quinta Velha. Na intersecção dos caminhos conheci e copiei um cruzeiro tosco, demolido quando a dita azinhaga foi alargada na estrada ampla e liza que hoje lá se vê. Na base tinha uma inscripção, que infelizmente não copiei; lembra-me apenas, que ali se lia ter edificado o cruzeiro Polycarpo José Machado em 1600 e tantos (fins do seculo XVII) se me não falha a memoria. Note-se que essa Quinta Velha ainda hoje pertence aos Machados (Benagazil).

Quanto ao cruzeiro do Lumiar, tenho que dizer mais isto: já o conheci sem o braço da Cruz, o qual jazia por terra; e era tradição ter cahido por occasião de trepar a elle um transeunte amedrontado com a passagem dos toiros. O desgraçado escapou aos toiros, mas foi esmagado pelo pezo do braço da Cruz quando desabou.

Mostrou-me o nosso amigo Mena o artigo de V. Ex.^a sobre o cruzeiro das Larangeiras. Gostei muito. Confesso que eu era tambem dos que julgavam ser edificação moderna do Conde do Farrobo em estylo archaico. Puro engano, segundo V. Ex.^a demonstra. A sua conjectura sobre o nome de *Cruz da pedra* é perfeitamente accitavel.

Apenas possa irei ver a V. Ex.^a; mas é me difficilimo sahir. Tenho muito frio, muita preguiça, e immenso que fazer. Veremos.

Sempre

De V. Ex.^a

admirador entusiasta e amigo grato

Lumiar, 24 de janeiro de 1903.

J. de Castilho

Na inscripção do cruzeiro da Alameda do Lumiar nota-se uma pequena differença entre as duas copias transcriptas. Na primeira, lê-se: *pela sua alma*: na segunda: *pelas almas*. A discrepância não é porém de tal ordem que altere no fundo o sentido.

Cruzeiro do Paço Velho

A proposito d'esta serie de artigos dirigiu o sr. Cunha Brandão a seguinte carta ao esclarecido director do *Diario de Noticias*.

...Sr. dr. Alfredo da Cunha

As pequenas monographias de alguns cruzeiros, publicadas pelo « *Diario de Noticias* », têm despertado o interesse dos seus leitores.

Não admira.

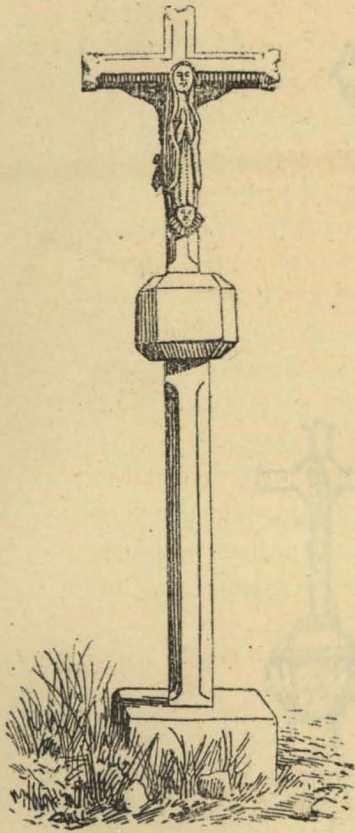
O assumpto é incontestavelmente de molde a despertar-o. Depois dos pelourinhos, de que ha ainda curiosos exemplares, os cruzeiros são sem duvida, entre os pequenos padrões ou monumentos, os que mais provocam a attenção do viajante, quer indigena quer forasteiro.

E' enorme a quantidade de curiosos cruzeiros disseminados pelo paiz, especialmente nas provincias do norte. Desde os mais formosos de algumas cidades até aos mais modestos das aldeias serranas ha muito que ver e bastante que admirar.

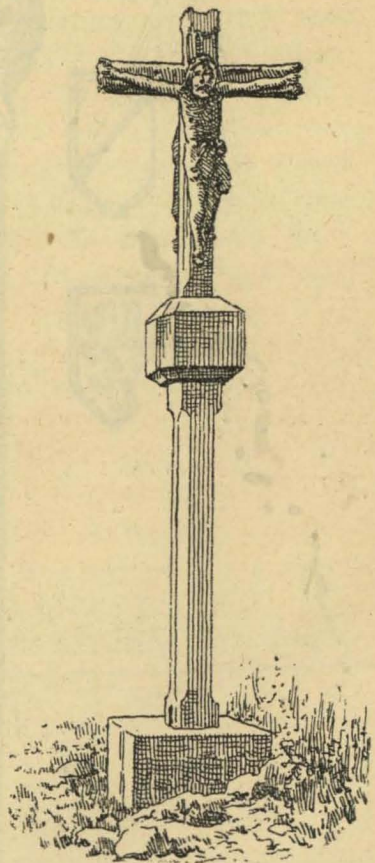
Em face, pois, d'aquelle interesse, animo-me a dar a V. breves informações acerca do « *Cruzeiro do Paço Velho* », existente na freguezia de S. Thiago d'Infesta, concelho e comarca de Paredes de Coura, terra da minha naturalidade; sendo certo que me incita a este modesto trabalho a grande devoção, que, desde os meus mais verdes annos, tenho com a veneranda Imagem do Crucificado do mesmo Cruzeiro.

Data a sua construcção do reinado de D. João V, como o inculca a data de 1738 lavrada em conta romana na respectiva base.

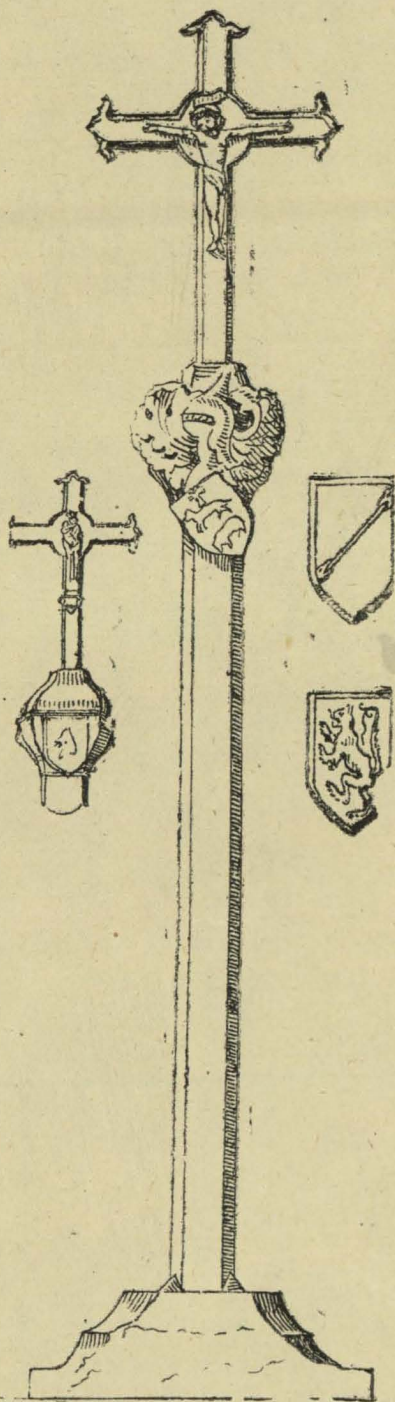
E' modesto. Mas se não se impõe ao nosso espirito como obra d'arte, impõe-se de certo pelo que é; por synthetisar uma accendrada devoção religiosa, e até por constituir uma interessante reliquia da fidalga residencia, que nas proximidades existiu durante alguns seculos e cuja primitiva fabrica remonta provavelmente a epocha muito anterior. Referimo-nos ao Paço Velho (que



Cruzeiro do Paço Velho



Cruzeiro do Paço Velho



Cruzeiro da Portella (Proximo de Azeitão.)

A' esquerda a face posterior do cruzeiro. A' direita os dois escudos

deu a denominação ao cruzeiro), cujas ruínas ainda eu ali vi ha apenas algumas dezenas de annos, mas hoje quasi completamente desaparecidas.

Este Paço pertenceu em antigos tempos aos Caramenas, senhores da Casa e Torre do Outeiro, importante solar da freguezia de Christello, do mesmo concelho; e foi Vasco Annes Caramena, que o deu, com o campo adjacente, a sua filha D. Rica, quando esta casou com Pedro Vaz, fidalgo gallego, da nobre familia Tabuada, de Orense.

Este Pedro Vaz morava antes na Casa da Rapadoura, da referida freguezia de S. Thiago de Infesta, para aonde fugira afim de evitar as iras do seu parente o conde de Ribadavia, cuja filha desflorára.

Mais tarde, por alianças matrimoniaes, pertenceu o Paço Velho aos Montenegros, cujo ultimo representante foi o fallecido morgado Francisco José d'Antas Montenegro, senhor do Paço d'Antas em Rubiães, e bem assim da Casa da Rua em S. Miguel da Fontoura, onde, segundo a tradição, se hospedou a rainha Santa Izabel, quando foi visitar o tumulo de S. Thiago a Compostella.

No seculo passado, já em ruínas, passou, ainda por casamento, á illustre familia dos Pereiras de Castro, da Casa da Cruz em Infesta (da qual tambem só restam tenues vestigios: uma cortina ameçada e pouco mais); e dos herdeiros d'esta Casa passou por venda, ao sr. Bento José Barbosa, de Paredes, já fallecido, pertencendo hoje á Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Barbosa, filha d'aquelle cavalheiro.

O cruzeiro tem um pouco mais de 4 metros, assim dividido:

Sócco	0, ^m 50
Fuste	1, ^m 75
Capitel	0, ^m 40
Cruz	1, ^m 47
Somma	4, ^m 12

A base é de secção quadrangular; a columna e a cruz, de secção polygonal (octogona). A cruz é floreada e tem 0,^m90 de

braço. O capitel, que também exercê as funções de colarête, data d'abril de 1880, como se lê no lado voltado ao sul. Mandou-o construir o sr. Barbosa por ameaçar ruina o antigo.

O Crucificado, de 1 metro de altura, está voltado para o oriente; e, segundo recentes informações obsequiosamente prestadas pelo meu antigo condiscipulo e amigo o sr. padre José J. d'Antas da Gama, da casa do Boulhão, está muito bem conservado apesar da acção do tempo, graças à excellencia do granito. Distinguem-se perfeitamente na Imagem as costellas, a franja do panno que lhe cinge os rins, os crávos, a chaga do laço, a corôa d'espinhos, a inscripção J. N. R. J., etc, etc.

Do lado do poente está a Imagem da Virgem, de vestido inteiriço e manto, sobre uma cabeça de Anjo, que emerge de um collar em pregas.

Tem as mãos unidas sobre o peito, em attitude de orar. Mede a altura total de 0,90.

O granito parece ter sido extrahido dos jazigos do Monte da Conceição fronteiro ao Paço Velho, um dos melhores granitos d'estes sitios.

Respeitante ao Cruzeiro ha uma interessante lenda, «a lenda do pretinho», que me é referida pelo meu bom amigo sr. doutor Julio Cesar Gomes Barbosa, illustrado advogado em Paredes e sobrinho da actual proprietaria do campo do Paço.

«A lenda do pretinho, diz o sr. dr. Julio, é d'uma grande simplicidade. Quando eu era pequeno, ouvira-a contar a minha avó, mas apenas conservava d'ella uma vaga lembrança. No outro dia, porém, quando fomos tirar a photographia ao Cruzeiro, tive occasião de a ouvir de novo, contada pelo velho Portella.

O caso resume-se no seguinte: O Cruzeiro do Paço era pertença da casa fidalga, em que habitaram umas senhoras, que tinham um escudiro preto. Por fallecimento das amas, ficou morando na casa o tal pretinho, que era devotissimo do Senhor do Cruzeiro. Quando por noites frias de inverno passavam por ali os rapazes que recolhiam dos serões, era certo encontrarem o pretinho ajoelhado sobre as pedras do caminho, absorvido em profunda meditação, merecendo por isso o respeito e veneração de toda a gente. Uma manhã foi encontrado morto, junto ao Cruzeiro, com vestigios de ter suado sangue na agonia, como

Christo no Horto, sendo por isso a sua memoria respeitada e venerada ainda hoje, como a de um santo ».

E' o que corre n'aquelle bom povo.

O « Senhor do Paço », como tambem chamam á Veneranda Imagem, é especialmente invocado em tempo de secca ; e, por vezes, temos ali visto projectar-se atravez dos vidros baços do modesto lampeão uma luz pallida sobre o Nazareno, prova irrefragavel de que algum attribulado, devoto como o pretinho da lenda, recorreu ao patrocínio do Crucificado em hora amarga da vida, sendo-lhe deferida a supplica.

De V., etc.

Belem, 5-2-905.

M. Cunha Brandão

XIV

Cruzeiro da Portella, proximo de Azeitão

Na sua maioria, os cruzeiros estavam expostos ao ar livre ; mas havia alguns como o de Arroyos, de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães e o de Nossa Senhora da Atalaya, que ficavam ao abrigo das intemperies do tempo, resguardados, por assim dizer, pela sua maquineta especial.

O cruzeiro, de que nos vamos occupar, permaneceu durante seculos ao ar livre, até que no meado do seculo XVIII um Manoel Martins, que morava proximo, mais rico de devoção que de haveres, se lembrou de erigir uma ermida, em que ficasse incluso o piedoso monumento. Auxiliou-o n'esta obra o porteiro-mór José de Sousa e Mello. Na propria ermida se veio a enterrar o seu fundador que, apesar de pobre, não era tão humilde, que não deixasse gravado o seu nome numa lapide commemorativa.

Antigamente o sitio denominava-se Portella da Cruz ; hoje a ermida intitula-se das Necessidades e o cruzeiro a Cruz das Vendas.

Foi este cruzeiro erigido por Vasco Queimado de Villa Lobos no anno de 1474, segundo a respectiva inscripção, que reproduzimos aqui em fórma corrente para melhor comprehensão do leitor:

« Por serviço de Deus. Vasco Queimado de Villa Lobos, fidalgo da casa d'el-rei e guarda-mór, que foi, do infante D. Pedro e camareiro e do conselho dos duques Filippe e Carlos de Borgonha, mandou pôr aqui esta cruz.

Era 1474 annos. Rogae a Deus por sua alma. »

Deste letreiro não se pôde deduzir a causa que motivou a erecção do monumento nem consta que em qualquer outra parte se mencione a sua historia.

Vasco Queimado foi, como se vê, um homem de importancia politica e social. Na côrte portugueza exerceu o logar de guarda-mór do infante D. Pedro. Seu companheiro de infortunio, foi um dos vencidos da batalha de Alfarrobeira. Tendo sahido de Portugal, ou por que fôsse perdoado, ou porque se evadissee, recolheu-se á côrte de Borgonha, que era então o ponto de reunião dos foragidos portuguezes, que haviam seguido as bandeiras do Regente. Alli foi conselheiro dos duques Filippe, cognominado o Bom, marido de D. Izabel, princeza de Portugal, e de seu filho Carlos, o Temerario.

Vasco Queimado regressou á patria, como se prova pelo cruzeiro, que levantou proximo de Azeitão.

Joaquim Rasteiro publicou no numero 44 da *Revista Illustrada*, correspondente a 31 de janeiro de 1892, um extenso e interessante artigo sob o titulo de « A ermida das Necessidades e a Cruz das Vendas », do qual extrahimos o seguinte trecho, em que mais particularmente se descreve o cruzeiro :

« O monumento de Vasco Queimado é uma cruz floreada sobre uma haste de uns dois metros de alto; na face que olha a poente tem a imagem do Christo crucificado, symbolizando talvez o occaso da vida: na face do nascente ha uma imagem de Maria, querendo dizer que d'ella nos veio o filho, como no oriente raia a primeira luz.

Sobre a haste, em torno da pedra, que serve de peanha á cruz, ha quatro escudos todos orlados; no da frente, por debaixo do Christo ha um escudo em diagonal com as armas dos Villa-Lobos, dois lobos passantes esplados e sobre elles a figura como que de um T: sobre o escudo um elmo aberto, indicativo de alta linhagem. Na face opposta, num escudo perpendicular está uma cabeça de lobo. No lado do norte o escudo tem uma banda sabindo de duas



Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia, em Gimarães

cabeças de serpe : corresponde-lhe do sul outro escudo com um leão. »

Na imaginação do povo, esta cruz tem uma origem sobrenatural. Fabrica dos anjos, dizem que apparecera na praia de Manguellas, e que, desejando transportal-a para Lisboa, não conseguiram, por maiores que fôsem os esforços empregados, que ella ultrapasse o logar da Portella, onde por ultimo se resolveram a firmal-a.

Corria mais na tradição que se notava todos os annos um crescimento gradual na cruz, mas esta maravilha já não ha olhos de crentes que a verifiquem e authenticuem.

Esta lenda, sobretudo no que se refere á primeira parte, não é unica no seu genero.

Na egreja do Lumiar, numa das paredes externas, existe uma grande lapide com uma inscripção que relata um phenomeno identico.

De Vasco Queimado de Villa Lobos tratámos num dos capitulos do estado consagrado á infanta D. Izabel, duqueza de Borgonha, e que sahio no vol. 3.º do *Archivo Historico Portuguez* donde se fez uma tiragem especial de 21 exemplares.

XV

Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia em Guimarães

Entre os cruzeiros que ainda existem em Guimarães, merece notificar-se o de Nossa Senhora da Guia, assim denominado hoje, pelo sitio em que se acha, intitulado-se outr'ora, ao que parece, de Nossa Senhora da Piedade, por ser este o assumpto que representa.

O padre Ferreira Caldas consagra-lhe as seguintes linhas a paginas 209 do segundo volume dos seus *Apontamentos para a Historia de Guimarães* :

« Levantava-se n'outro tempo quasi ao pé da esquina do Campo da Feira para o largo dos Trigaes e está actualmente encostado ao Passo da Senhora da Guia.

Sobre um pilar de granito grosso, tem uma cruz e junto d'ella a Virgem, com o Christo morto no collo, acompanhada d'outras figuras com balsamos e uma outra aos pés da Virgem em acção de orar; tudo de pedra fina.

É dedicado á Senhora da Piedade, e era aonde antigamente vinham as procissões, que sabiam da egreja do Campo da Feira».

Na *Archeologia Christã*, do sr. Albano Bellino faz-se o seguinte registo:

« É dedicado á Virgem da Piedade.

Esteve primitivamente junto da casa onde nasceu Martins Sarmiento.

D'ali foi removido para proximo do Passo, onde se acha encostado.

Na frente da cruz está a Virgem com o Christo morto nos braços; e outras figuras em volta, dizendo-se que representa um frade a que se apresenta de joelhos com as costas para a rua.

« Creou-se a este respeito uma lenda engraçadissima que o sr. conde de Margaride escreve com extraordinaria elegancia a paginas 28 e seguinte do numero especial da *Revista de Guimarães*, publicada em honra de Martins Sarmiento ».

Por ultimo o reverendo Oliveira Guimarães, illustrado abbade de Tagilde, no seu recente livro *Guimarães e Santa Maria*, escreve a paginas 126:

« É dedicado á Senhora da Piedade e levantava-se n'outro tempo, escreve o padre Caldas, quasi ao pé da esquina do Campo da Feira para largo dos Trigaes e aqui vinham as procissões, que sabiam da egreja da Senhora da Consolação.

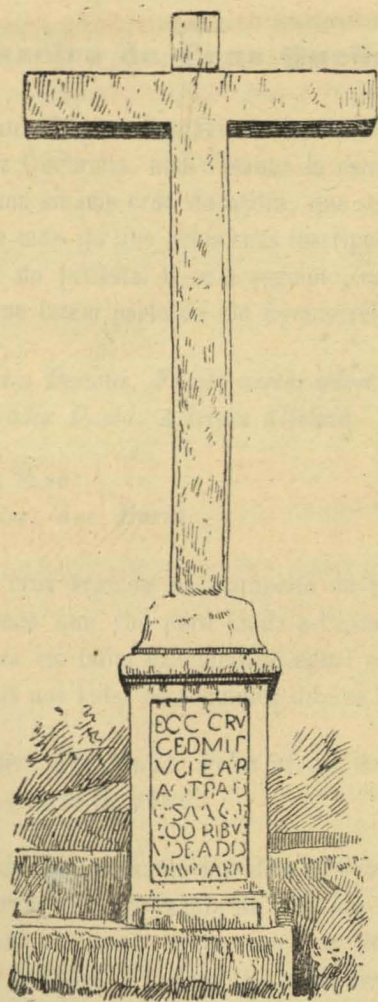
« Hoje está encostado á capella da Senhora da Guia.

« Sobre um pilar de granito grosso tem uma cruz e junto d'ella a Virgem com o Christo morto no collo acompanhada d'outras figuras com balsamos e uma aos pés da Virgem em acção de orar; tudo de pedra fina.

« Representam o descimento da cruz ».

Dos trechos que acabamos de citar, se vê que nenhum dos tres distinctos escriptores conseguiu descobrir as origens historicas e artisticas do monumento, nem do estylo da obra deduziram a epocha em que foi construida.

É de esperar todavia, que o digno abbade de Tagilde, que



Cruzeiro da Cruz Quebrada

tão porficiosamente anda empenhado no estudo dos archivos e antiguidades locais, nos dê em breve a solução do problema.

XVI

Cruzeiro da Cruz Quebrada

Na linha de Lisboa a Cascaes, no bem conhecido local denominado da Cruz Quebrada, num recanto da estrada real, junto da ponte, existe uma singela cruz de pedra, que se não recommenda por outra cousa mais do que pelas suas inscripções.

Na frente do pedestal lê-se a seguinte, composta de versículos latinos, que fazem parte de um hymno religioso :

Ecce cruce[m] Domini, Fugite partes adversæ. Vicit Leo de tribu Juda et radix David. Alleluia Alleluia.

Aos lados, lê se :

Pater noster. Ave Maria.

Ha outra cruz erguida no parapeito da ponte sobre o rio Jamor, na estrada que vae para Linda-a-Pastora, a qual apresenta um letreiro em latim exactamente egual ao que fica transcripto. Tem mais aos lados os seguintes dizeres :

Pa'er noster. Ave Maria. Pelas almas do purgatorio.

A cidade — anno de 1606.

Esta legenda é interessante por dois motivos. Primeiramente porque nos recorda o cumprimento de um voto feito pela cidade de Lisboa, a qual costumava muitas vezes ir em piedosas romagens a diversos logares do termo. E' para sentir que se não declarasse o motivo d'esse voto.

Em segundo logar a legenda é a certidão de idade da cruz, a qual completa para o anno que vem, tres séculos. Os moradores do sitio e a colonia adventícia dos banhistas podem, por conseguinte, celebrar-lhe o seu tricentenário.

A inscripção latina contém letras inclusas e abreviaturas que desenvolvemos.

E' uma reza, especie de esconjuro que se encontra nos livros de orações, dirigida a diversos santos, como S. Roberto e Santo Antonio, contra os feitiços e diabolicos malificios. Num desses livros vem assim traduzida :

« Eis aqui a cruz do Senhor. Fugi partes contrarias. Vence o Leão da tribu de Juda e a Raiz de David. Alleluia. Alleluia. »

A segunda cruz acha-se partida e esta circumstancia foi muito provavelmente que deu ao sitio o nome de Cruz Quebrada.

XVII

Alguns cruzeiros do concelho de Cascaes

O sr. Victor Ribeiro, auctor de uma importante monographia sobre a Santa Casa da Misericordia de Lisboa, com o bom desejo de corresponder ao appêlo que fizemos a quantos pudessem coadjuvar-nos n'estes estudos e investigações sobre cruzeiros, teve a amabilidade de nos communicar a seguinte nota ácerca de alguns cruzeiros do concelho de Cascaes :

Não ha em Cascaes e seu termo nenhum cruzeiro que se recomende sob o ponto de vista historico ou artistico. Ha apenas alguns de construcção singela, devidos a piedosos intuitos de consagração devota pela memoria dos fallecidos.

Logo ao entrarmos na villa, pela estrada que vem do Estoril, em um recanto da rampa que desce para a praia, se vê uma cruz simples de pedra, sem o menor lavor.

Fica immediata á pequena e poetica ermida dos Innocentes, ou de Nossa Senhora da Conceição dos Innocentes, pequenino templo de um só altar, com duas sacristias adjacentes, no qual se commemora um voto feito em 1755 pelos habitantes da villa, aterrados perante os estragos do terremoto, que tanto assolou Cascaes.

Foi aquelle sitio da ermida um dos poucos poupados pela invasão das ondas; por isso os pescadores, attribuindo o caso a milagre, fizeram o voto, que se ficou cumprindo, de uma festa annual de missa e sermão. Effectua-se a solemuidade religiosa no dia de Todos os Santos, saindo da ermida a procissão, na qual costuma encorporar-se a senhora Duqueza de Palmella, que patrocina aquelle devoto culto. Sai a irmandade, precedida de um

bello guião antigo de seda branca franjada de ouro, e levando a imagem da Senhora, muito venerada pelos fieis. A ermida é pequena e simples, com tres portas para a rua, e sobre a do centro, que dá accesso á capella, a sineta, com que se chamam os devotos, pela sua maior parte maritimos, classe que foi importante em Cascaes, constituindo uma irmandade que erigiu a igreja grandiosa de Nossa Senhora dos Prazeres, ou *egreja dos homens do mar*. Na sacristia da ermida admira-se uma bonita e pequena pia de agua benta, de marmore, semelhante á da igreja de Collares, lavrada em ornatos de renascença manuelina.

E' junto d'esta ermida que hoje existe a cruz de pedra, que tem sido removida de um para outro lado; tinha na base, ao que parece ainda em 1873, segundo o affirma Barruncho na sua memoria sobre a villa de Cascaes (1), uma inscrição do teor seguinte :

« Erigiram esta cruz uns devotos, no anno de 1634, em memoria de um naufragio que houve n'esta bahia, no anno de 1609. »

Diz-se, accrescenta Barruncho, que foi uma nau chamada *Conceição* que naufragou n'este sítio com grande perda de vidas.

Visitando a capella em abril de 1905, deparei com estupefacção, com uma pequena moldura, pendurada na parede, onde se vê encaixilhado um papel velho, com vestigios de ter andado dobrado em quatro, e no qual se leem, em letra antiga, as palavras da inscrição do cruzeiro, levemente alteradas, até na data, pelo modo seguinte :

« Em memoria de um naufragio que houve n'esta bahia no anno de 1609 erigiram esta cruz uns devotos no anno de 1643. »

A mulher que cuida da capella declarou-me muito ufana, ao vêr a satisfação que este papel emoldurado me produzira, que o achara ella entre papeis velhos da ermida e alli o collocára dentro d'aquelle caixilhinho para melhor se conservar. Uma bene-

(1) *Apointamentos para a historia da Villa e Concelho de Cascaes*, pelo actual administrador do mesmo concelho Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho. Lisboa, Typ. Universal. 1873 — 1 vol. de 164 pag.

merita, que se mostrou muito entusiasta pelas reliquias preciosas de antiguidade que a pequena capella inda possui.

Seguindo de Cascaes para a Guia e Oitavos encontra-se junto ao ponto em que se reúnem as duas estradas que vão uma da Bocca do Inferno e outra da Praça de touros, o cruzeiro chamado *da Guia*. É uma cruz simples, em T, erguida sobre tres degraus e uma pequena base, numa das faces da qual se lê a inscripção:

PADER NOÇO
AVE M^A PE
LLAS ALMAS
ANNO DE
1663

Attribue-se esta cruz, como se attribuem muitas outras, vagamente, a um crime ou morte alli perpetrada. O mesmo se diz de outro cruzeiro que existe n'este mesmo concelho, adeante da Malveira, de construcção não muito antiga.

Dizem-me existir ainda este, mas não sei se tem alguma inscripção ou data.

O cruzeiro da Guia está tombado um pouco, inclinando se a cruz sobre a base, fóra da vertical. Ha tambem quem attribua este cruzeiro e o outro que vamos encontrar mais adeante no vasto terreiro do pharol, a meras intenções religiosas, como sendo passos de uma *via sacra*, para præcissões que sahiam da capella de Nossa Senhora da Guia.

Esta capella situada além do pharol e junto a elle, é um bello templo de antiga edificação primitiva. Attesta-o a data de 1577 na sepultura do seu fundador, em campa rasa, á entrada da capella mór. N'ella se lê:

S.^o DE AMTONIO RIBEIRO
DA FOMSQVA É 1577.

Dentro tem dois altares no cruzeiro, que são como o altar mór revestidos de formosos azulejos azues e brancos, com bellas figuras de anjos, de tamanho natural. Toda a igreja tem rodapé de azulejos amarellos.

Reedificou a igreja, diz Barruncho, a Junta do Commercio, em 1810; a porta principal, que é um bello portal de renascença abre sob uma alpendrada com tres arcos de volta inteira. A porta travessa tem tambem um bonito arco de cantaria renascença.

No vasto adro ou terreiro desta capella é que se ergue, à oriente, sobre o parapeito, uma grande cruz tambem muito simples, de cerca de 3,^m50 de alto sobre um pequeno pedestal ou base.

No largo que fica junto á igreja matriz de Cascaes, ha tambem um cruzeiro muito simples, em cuja base apenas se lê: *Pater noster*, cruz que mede cerca de 2,^m50 e assenta sobre dois degraus.

Quando se toma pela estrada que vai de Cascaes a Cintra por Alcabideche, logo á sabida de Cascaes, um pouco á esquerda da estrada, e no alto de um pequeno cerro, vê-se uma cruz de pedra de um 2,^m35 de alto, sobre um plinto e tres degraus, para o lado sul; da parte norte só se veem dois porque o terceiro fica furtado com a inclinação do terreno. Deu-me a noticia e descripção deste cruzeiro, que depois conferi visitando-o, uma creança que com o maior interesse pelas minhas investigações tomou a peito o ser-nos agradável, a mim e ao infatigavel auctor destes estudos sobre *cruzeiros portuguezes*. Foi o menino Arnaldo Petracchi, de onze annos, filho do proprietario do Grande Hotel de Italia, no Mont'Estoril, o meu amigo Felice Petracchi, oriundo do norte de Italia. D'elle recebi em 17 de abril de 1905 a noticia do cruzeiro acompanhada da copia da inscripção e de um ligeiro *croquis* da cruz.

Na face sul do plinto lê-se:

AVE MAR
IA PELA E
MTEMSA°
DE QEM E
STA CRVS

Na face oriental, dobrada a quina, lê-se o resto :

MAND
OU FA
ZER A
NO DE
61 XO

Isto é: *Ave Maria pela intenção de quem esta cruz mandou fazer, anno de 61 de Christo.*

Volvendo á estrada e um pouco mais adiante, a 2 kilometros de Cascaes, vê-se sobranceira a uma pequena ribanceira ou talude uma cruz de pedra lioz, de pequenas dimensões, erguida sobre um enorme penhasco de granito. Na base d'esta cruz, lê-se :

MARIA DO CARMO DE MELLO
20 — 9
1902

Assignala piedosamente o sitio onde um desastre horrivel, cuja memoria está ainda presente a todos os espiritos, roubou ao sr. Conde de Sabugosa uma filha estremecida. A cruz está cercada por um jardimsinho no qual se plantaram duas arvores, e tudo defendido por uma vedação.

Ao longo desta estrada até Alcabideche houve, segundo dizem, sete cruzeiros, verdadeira *via-sacra* que servia a uma procissão que sae d'aquella freguezia, da invocação de S. Vicente.

D'estes restam ainda: um no largo da igreja, muito simples; sobre 4 degraus, ergue-se um pedestal onde se lê — anno de 1837, e sobre elle a cruz; outro foi removido para o cemiterio onde se conserva; outro era á entrada de Alcabideche, denominado a cruz da Poupa, e está meio destruido; outro finalmente era em Alcoitão, e destruíram-no para a reconstrução e reparação da estrada. A igreja de Alcabideche tem a data de 1759.

No terreiro ou largo que fica em frente da igreja e em roda do cruzeiro ha muitas sepulturas com lettreiros, alguns curiosos. Em uma lê se por exemplo :

AQUI JAS O MAIOR
PECADOR DO MUNDO
o P. D. V. PINHEIRO CURA
Q FOI NESTA YGREIA
40 E 4 ANOS I MEIO
FALLECEO A 6 DE DEZBR.º
DE 1713

N'outra :

AQUI JAZ I
OAM DINIS
AQUELE
GRANDE
PECA
DOR

Não deixarei de mencionar, apenas a titulo de curiosidade, uma excentrica construcção, especie de alteroso cruzeiro de uns dez metros de alto, que o sr. barão de Seixas elevou no meio do terreiro murado junto á capella da sua residencia no Mont'Estoril, e em torno do qual celebra annualmente o arraial á Senhora do Monte.

Consta-me finalmente, que ainda na area deste concelho, entre Tires e Trajouce, existe tambem um cruzeiro, com sua inscripção, da qual não pode colher copia.

No adro da igreja de Santo Antonio do Estoril ha tambem um cruzeiro simples, sem data nem lettreiro.

Os cruzeiros eram padrões religiosos. Em Cascaes encontramos porêem outros curiosos padrões civis.

Na pequena praça hoje denominada da rainha D. Amélia, antiga Praça, ou praça do peixe, ergue-se o padrão das luctas

políticas do constitucionalismo, erigido em 1834, no sitio quasi fronteiro á estação dos caminhos de ferro, onde os srs. marquezes do Fayal fizeram erigir o seu palacio. Por essa occasião e por esse motivo a camara removeu o padrão para a praça onde hoje se vê. Consiste em uma columna toscana sobre base quadrangular, assente em tres degraus de cantaria, medindo tudo uns 4 metros de alto e sobrepujada por escudo de armas reaes portuguezas e corôa real, nas quatro faces.

No sóco lê-se :

Na frente

<p>Se a forza fez levantar hum padrão á tirannia A' Rainha n'este dia Cascaes o vai consagrar</p> <p>4 d'abril de 1834</p>
--

Nos outros lados

<p>Viva D. Pedro Duque de Bragança</p>
--

Viva D. Maria II

Viva a Carta
Constitucional

O dia 4 de abril é o anniversario natalicio da rainha D. Maria II.

Perfeitamente identico a este padrão vê-se outro, em frente do casal de S. Roque, onde se erguia o antigo forte da mesma denominação, defronte da igreja do convento de Santo Antonio do Estoril. Este padrão, porém, não tem inscripção alguma. Os dois padrões ou marcos foram mandados erigir pelo commandante da praça de Cascaes Raymundo José Pinheiro, ao qual se deve a cons-

tracção do lanço de estrada, que corre junto ao mar, do Estoril a Cascaes, obra em que se empregaram os presos de grilheta. (1)

XVIII

Cruzeiro de S. Sebastião, em Guimarães

Quando o reverendo Antonio José Ferreira Caldas publicou em 1881 o seu livro *Guimarães — Apontamentos para a sua historia*, ainda o cruzeiro de S. Sebastião estava encostado á torre da igreja do seu nome. Eis como aquelle escriptor o menciona a pags. 209 - 210 do segundo volume da citada obra :

« Actualmente vê-se encostado á torre da igreja parochial de S. Sebastião, levantando-se outr'ora no adro da mesma igreja e fronteiro á porta principal. Tem sobre uma columna de ordem *arbitraria* uma cruz e junto d'ella a Virgem coroada. Abaixo do capitel indeciso lavraram um escudo com tres vieiras ou conchas em triangulo. »

Removido para o museu da Sociedade Martins Sarmento, ali se acha exposto á curiosidade dos visitantes, e porventura á devoção de alguns raros crentes, segundo o testifica o illustrado abbade de Tagilde, a pags. 126 do seu recente livro *Guimarães e Santa Maria — Historia do culto de Nossa Senhora no concelho de Guimarães*.

Transcrevemos o que elle diz a tal respeito :

« Existe no museu da Sociedade Martins Sarmento um cruzeiro, que esteve erecto junto á torre da igreja parochial de S. Sebastião, até que esta foi demolida, 1893.

« Apoiada sobre o capitel e encostada á cruz tem a Virgem com a corôa na cabeça e por baixo do mesmo capitel, na parte superior do fuste, um escudo com tres vieiras, certamente as armas do doador, que não é conhecido. »

Como se vê, este cruzeiro já percorreu, em poucos annos, uma *via - sacra* menos má e quem sabe aonde virá a parar definitivamente !

(1) P. Barrunho, obra citada, pág. 131.

Cruzello do Santo Christo das Maleitas, em Coimbra

Damos hoje homem por nós e felicitamos o leitor pela substituição.

Quem firma o artigo descriptivo do *Santo Christo das Maleitas* é o illustre cathedratico da Universidade de Coimbra, o dr. Garcia de Vasconcellos, bem conhecido pelo seu consciencioso estudo historico sobre D. Isabel de Aragão, a *Rainha Santa*, e por outros trabalhos litterarios de não somenos importancia.

Embora as palavras *me fez*, correspondentes ao latim *me fecit*, signifiquem por vezes o individuo que ordenou a obra e não quem a executasse, quer-nos parecer todavia que João Alvares foi o artista que cinzelou o Christo das Maleitas, havendo portanto mais um nome a registar na lista dos canteiros e esculptores das escolas de esculptura que floresceram em Coimbra nos seculos XV e XVI.

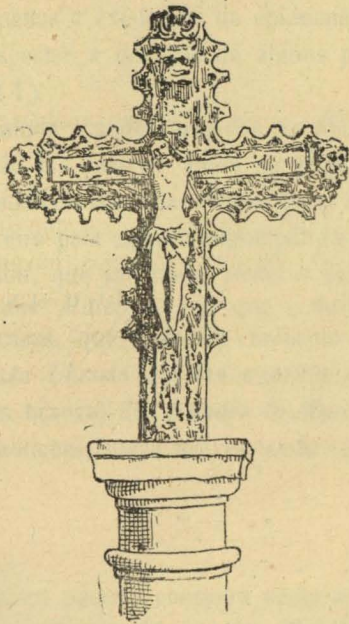
A nossa estampa é reproducção de uma photographia, com que nos brindou o sr. Francisco Tavares Proença, estudante do 3.º anno juridico e habil photographo amator, a quem significamos o nosso reconhecimento.

Tem a palavra o erudito lente de theologia :

— Em o 1.º n.º do vol. X da revista conimbrigense *O Instituto*, a 1 de abril de 1861, publicou o benemerito archeologo João Correia Ayres de Campos um pequeno artigo a respeito de uma antighalha de Coimbra, o qual diz assim :

«Na extremidade do lanço de habitações, que corre em frente do aqueducto de S. Sebastião, encontra-se á esquerda um pequeno terreiro nivelado com a estrada, a poucos passos da ermida de S. Martinho. Na penha, que n'esse local sobresaía, estava assente a pobre capella do Senhor Jesus das Maleitas.

«Da origem da invocação nada rezam os documentos do archivo do concelho, que para este fim temos por emquanto



Cruzeiro do Santo Christo das Maleitas. em Coimbra

BOL. DE ARCHIT. E ARCHEOL., T. X, N.º 4 — PAG. 178

examinado. A sua chronica ficará, portanto, reduzida á inscripção aberta na verga do portal, onde em 1851 lêmos ainda :

ESTA CAPELLA FOI FEITA
COM ESMOLAS DOS FIEIS
EM 1740.

« Destituído de primores de architectura, o humilde monumento não parecia recôrdar feitos de gloria nacional, nem ostentava bra-sões de illustres fundadores. A suspeitar pelo titulo e letreiro elle commemoraria apenas a existencia da epidemia, que pouco antes de 1740 veio despertar a devoção de alguns piedosos e afflictos conimbricenses. (1)

« Em 1852 ainda grande parte das paredes estavam em pé, ainda a inscripção era legivel, ainda no meio do entulho e da vegetação seria possivel desenhar-lhe o risco interior. Demolido e reduzido a terreiro pela camara municipal depois de 1853, outro vestigio não deixou, que saibamos, senão o nome da *Capella do Sancto Christo das Maleitas*, por que é designado em alguns aforamentos de casas, que com ella confrontavam. (2)

« E o *Sancto Christo* absolva aquelles zelosos senadores, que no *Livro* (em branco) *dos Annaes do Municipio* nem d'esta, nem d'outras demolições, umas breves lembranças teem lançadas sequer.»

Nem uma unica palavra consagra neste artigo á imagem do orago da capella, o *Sancto Christo das Maleitas*, a quem Ayres de Campos supplicá a absolvição dos camaristas demolidores, que não tiveram a lembrança de consignar a mais leve memoria do

(1) A ella se referia talvez a *Prov.* de 4 de maio de 1747, que ao Juiz de Fóra ordenou a conclusão de certa devassa, interrompida por impedimento da molestia. — *Liv. VI da Corrêa* do cartorio municipal, fl. 77.

(2) Reconhecimento da casa e quintal, que ao prior Sebastião Pereira haviam pertencido, feito em 2 de setembro de 1768. *Liv. dos reconhecimentos* fl. 101. O local da capella seria talvez em parte da lapa (baldio), que aos 22 de julho de 1712 o Senado emprasou ao dito prior *para n'ella continuar a reedificar a casa para palheiro* com o fóro annual de 30 réis. *Liv. 13 das Notas*, fl. 122.

humilde monumento destruido; e entrelanto essa imagem merecia que sobre ella se detivessem por um pouco os olhos observadores do archeologo.

O facto tem uma explicação. No artigo acima transcripto, Ayres de Campos dá a entender que não visitou a capella antes de 1851; e então já ella estava em ruinas, tendo sido retiradas as imagens.

Ahi vae o resto da historia, que completa os apontamentos do erudito escriptor.

No anno de 1850 veiu a Coimbra meu pae, que felizmente ainda hoje vive com os seus 85 annos de idade. Passando casualmente ao arco de S. Sebastião, reparou na capella que alli havia, onde hoje é o largo, ponto de partida das ruas de Thomar e de Alexandre Herculano, proximo do muro que por este lado cêrca a Penitenciaria, e pouco distante do arco de S. Sebastião. Viu que a capella estava em ruinas, e que a porta já nem se fechava.

Entrando, deparou-se-lhe um espectaculo vergonhoso e repugnante. Aquelle recinto era a sentina commum dos garotos e não garotos do bairro. O tecto, todo desconjuntado, já em parte derreado, ameaçava mais dia menos dia abater sobre aquella montureira; as paredes limosas, verde-negras, acabavam de tornar repelente o logar. Entretanto, esquecidas e desprezadas, lá estavam ainda nos respectivos nichos duas imagens: — a do orago, o Santo Christo das Maleitas, pregado na cruz, parecendo que fechára os olhos para não presenciar aquella profanação, e que murmurava baixinho o «*Perdõa-lhes, Pae, que não sabem o que fazem*», — e a de um santo monge, com o seu habito preto caindo em largas pregas, capuz pela cabeça, báculo prelaticio na mão esquerda, e a direita erguida, com dois dedos abertos, abençoando compassivo, de sorriso nos labios, os que alli entravam, ainda que levados por intuitos pouco piedosos.

Indignado e revoltado á vista de um tal desrespeito, meu pae dirigiu-se dalli ao paço do Bispo a procurar o vigario geral, governador da diocese dr. Antonio José Lopes de Moraes, com

quem tinha relações, e pediu-lhe que lhe concedesse aquellas duas imagens, que elle as collocaria em logar decente, onde fossem respeitadas e veneradas.

O dr. Moraes apromptou se logo a ir visitar a capella, e verificando por seus proprios olhos o estado de indecencia em que se achava, declarou-a profanada, e deu as imagens a meu pae.

Lá foram pois libertadas daquelle immundissimo logar as imagens do Santo Christo e do monge, que o dr. Moraes *chris mou* com o nome de S. Bento; e como nessa occasião andava a construir-se na minha aldeia, S. Paio de Gramaços, uma capella dedicada á Virgem sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres, alli foram collocados os dois santinhos, em nichos apropriados, tornando-se desde logo conhecido da devoção popular o Santo Christo, com o nome de *Senhor das Maleitas*.

Mais tarde, em 1867, ampliando-se a capella de Nossa Senhora dos Milagres, e erigindo-se nella dois altares lateraes, foi collocada a imagem de S. Bento no altar do lado da Epistola, onde se conserva, e o Santo Christo foi removido para a sacristia, onde ficou no logar de honra.

Ha annos, quando se organisou o Museu de Antiquidades do Instituto, substitui na sacristia da capella dos Milagres o Senhor das Maleitas por uma outra imagem, e trouxe-o para o Museu, onde o depositei.

É uma bella cruz manuelina, de pedra de Ançã, ornamentada por todos os lados. Pela estampa far-se-ha ideia exacta della.

Tem a seguinte legenda em caracteres gothicos:

yo aluez me fez

O primeiro nome é, em graphia abreviada, *Yão (João)*.

Esta cruz, sem duvida alguma, fez parte primitivamente de um cruzeiro, erguido ao ar livre; os temporaes chegaram a imprimir-lhe ao de leve o seu osculo destruidor, começando a corroer a pedra, especialmente na face opposta ao crucifixo.

Talvez já então fôsse este cruzeiro consagrado pela devoção popular como advogado contra as infecções paludosas, e, onde quer que estivesse erigido, tivesse a denominação de *Santo Christo das Maleitas*. Provavelmente a situação do cruzeiro seria desde o principio no proprio local, onde mais tarde se construiu a capella; a crença e a afflicção populares assim reuniriam, como que em familia, os principaes advogados contra as epidemias: — S. Roque e S. Sebastião cujas imagens em tempo do rei desejado foram collocadas sobre as duas faces do arco principal do aqueducto, onde ainda estão, nos seus respectivos nichos, desafiando as furias dos temporaes, — e o cruzeiro do Santo Christo das Maleitas, o mais antigo dos tres, alli em frente, sobre a penha, que naquelle ponto se erguia acima do nivel do terreiro adjacent. Flagelados horrivelmente pelas epidemias, os povos alli iriam em peregrinação invocar afflictos, n'uma collectiva supplica, os tres celestes patronos.

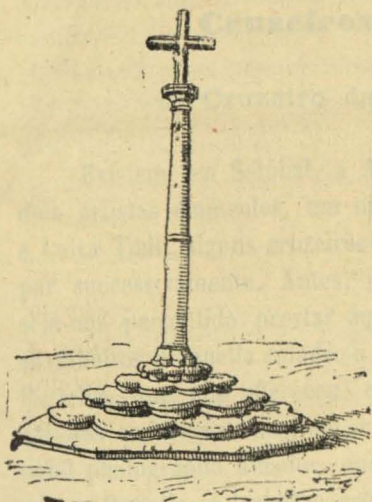
Como a cruz, separada da columna, era pouco elevada, e carecia de peanha, fizeram-lhe uma, tambem de pedra, em fôrma de capitel da ordem jonica, cercado de uma corôa de espinhos, inteiramente destoante da cruz a que o juntaram. Na frente d'este capitel havia em baixo relevo a imagem da Magdalena, de mãos entrelaçadas, tendo o vaso de perfumes para a unção do cadaver de Jesus pousado sobre a voluta do capitel, que ficava á esquerda do espectador. Um trabalhinho de qualquer piedoso cantor do sec. XVIII, que teria o merecimento de não estragar a obra de João Alvares, se ficasse por aqui; mas infelizmente houve a pretensão de retocar as *incorreções* esculpturaes do cruxifixo, que saíu estragado das mãos barbaras que ousaram alindá-lo.

Por fortuna a cruz escapou intacta.

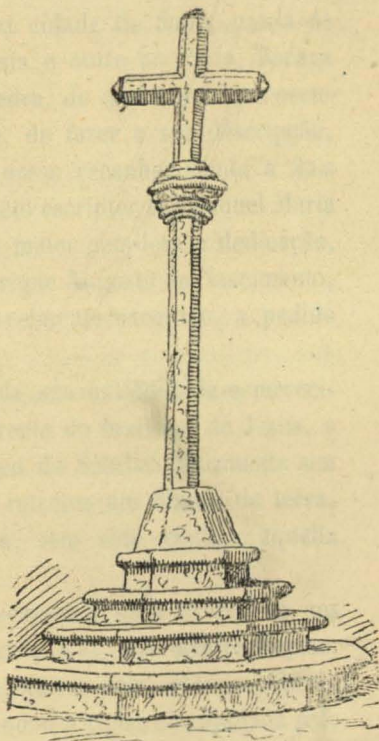
Retirado o tal acrescentamento, e collocada desprezenciosamente sobre uma sigela columna, que lhe serve de suporte, a cruz do *Santo Christo das Maleitas* aqui está chamando as attentões dos visitantes do Museu de Antiquidades do Instituto.

A. de Vasconcellos

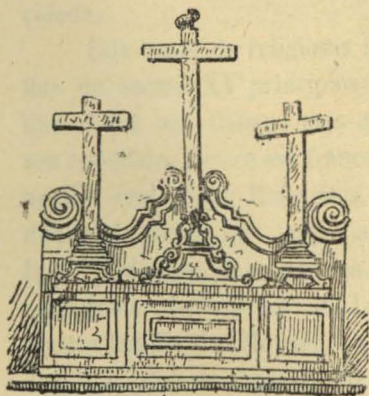
Coimbra, março de 1905.



Cruzeiro da Praça de Jesus



**Cruzeiro da Quinta
dos Cyprestes**



Cruzeiro do Campo do Bomfim

XX

Cruzeiros de Setubal**a) Cruzeiro da Praça de Jesus**

Existem em Setubal, a formosa cidade do Sado, patria de dois artistas eminentes, um na poesia e outro no canto, Bocage e Luiza Todi, alguns cruzeiros de pedra, de que nos vamos occupar successivamente. Antes, porém, de fazer a sua descripção, seja-nos permittido prestar aqui o nosso reconhecimento a dois cavalheiros d'aquella cidade, o distincto escriptor sr. Manuel Maria Portella, que nos offereceu, com a maior gentileza e dedicação, valiosos esclarecimentos, e o sr. Henrique Augusto do Nascimento, habil photographo amator, que amavelmente executou, a pedido do sr. Portella, o trabalho artistico,

Daremos o primeiro logar, pela sua antiguidade e merecimento, ao cruzeiro collocado em frente do mosteiro de Jesus, o mais bello monumento architectonico de Setubal, felizmente um dos raros que tem resistido quasi intactos aos abalos de terra, de que, tanto ou mais que Lisboa, tem sido victima aquella cidade.

Esta casa, de religiosas franciscanas, é obra executada nos fins do seculo XV principios do seculo XVI, por mestre Boytac, que dizem ser italiano mas que, a ajuizar pela orthographia do seu appellido, parece ser francez. Mandou-a construir, ajudada pelo auxilio real, Justa Rodrigues, ama de D. Manuel, o Venturoso, duque de Beja, que subiu ao throno por morte de D. João II. Justa Rodrigues teve amores com o Bispo da Guarda, D. João, carmelitano do convento de Lisboa, e d'essas relações proveiu a illustre familia dos Manueis. A este proposito leia-se o 2.º volume dos « Brazões de Cintra » do sr. A. Braamcamp Freire e ácerca do convento o artigo que o general Brito Rebello lhe consagrou no numero 34 da « Arte e a natureza em Portugal ».

O cruzeiro, de marmore vermelho da Arrabida, é formado de uma elegante columna, sobre a qual se hasteia a pequena cruz. A base da columna assenta sobre tres ordens de degraus, enghosamente dispostos de fôrma semi-circular, abertos entre si.

Não tem data ou inscripção, nem nenhum outro signal caracteristico, por onde se possa prefixar a época da sua construcção e quem o mandasse erigir. Soror Leonor de S. João, freira do mesmo convento, escreveu pelos agnos de 1630 um « Tratado da antiga e curiosa edificação do convento de Jesus de Setubal », que já tinha em 1732 as licenças para se estampar, mas que ficou inédito, existindo algumas copias manuscriptas. N'elle se affirma que fôra D. Jorge, filho illegitimo de D. João II e mestre da Ordem de Santiago, quem mandára levantar aquelle padrão religioso.

b) **Cruzeiro do Campo do Bomfim**

Desde a igreja de Jesus até ao extremo do Campo do Bomfim acham-se dispostas 12 singelas mas bem trabalhadas cruzes, outros tantos marcos de uma via-sacra, cujo remate é o cruzeiro, que está proximo da ponte chamada do Quadrado, o qual se acha representado na nossa estampa.

E' de marmore branco, com frisos e labores. Formam-n'o tres cruzes de cujas bases reunidas resulta uma especie de altar, onde se nota a falta de uma pedra, em que estava uma inscripção. Outra, porém, se lê ainda e é do theor seguinte :

Toda esta obra da via-sacra se fez das esmolas dos fieis no anno de 1728.

A via-sacra do campo do Bomfim foi instituida por Frei Antonio das Chagas, cujas obras espirituaes ainda são hoje muito apreciadas, assim como o fôram anteriormente os seus versos profanos. Antonio da Fonseca Soares, que assim se chamava o galanteador poeta, fôra, como Frei Luiz de Sousa, um brilhante militar, mas saciado de aventuras e conquistas amorosas, foi penitenciar no claustro as fragilidades da sua vida de D. João. As cruzes actuaes não são as da primitiva, que eram de madeira. No dia em que foram solemneamente inauguradas, conta um manuscripto coevo, que o sr. Portella teve ensejo de consultar, que se levantára um terrivel pé de vento, com grande negrume no ceu e acompanhamento de raios, um verdadeiro cyclone, que apavorou os assistentes, que julgaram vêr n'aquelle phenomeno meteorologico intervenção do espirito maligno, raivoso de tão santa obra. Copiosa chuva succedeu á ventania e á trovoadas, mas os fieis a

tudo resistiram, levando por diante o seu piedoso intento. Deu-se o facto num domingo á tarde, 29 de setembro de 1730, dia de S. Miguel, sendo para extranhar que o bom archanjo, a não estar distraído com as festas da sua celebração, deixasse escapulir o anjo mau debaixo dos seus pés para fazer aquellas diabruras.

c) **Cruzeiro da Quinta dos Cyprestes**

Por escriptura lavrada em 19 de agosto de 1782 pelo tabelião Luiz Pinheiro da Motta obrigou-se o desembargador João Henriques da Maya a dotar de certa renda uma capella da invocação de Nossa Senhora da Conceição, annexa a uma sua casa na Quinta dos Cyprestes afim de n'ella se poder dizer missa. Esta propriedade, sita na estrada do mesmo nome da quinta, está na posse do sr. visconde de Mont'Alvo, que lhe tem feito reparos e melhoramentos consideraveis. Pertencera anteriormente á familia Montenegro. É umá residencia, senão principesca, pelo menos nobre, de compartimentos espaçosos, vendo-se numa das salas uma serie de retratos de imperadores romanos pintados por Francisco de Figueiredo em 1779.

Em frente da capella, na qual se venera a imagem de S. Carlos Borromeu, de tamanho natural e de bóa esculptura, ergue-se um cruzeiro, no ponto onde se bifurcam a estrada dos Cyprestes e a que vae para o sitio de Xarafe. N'elle se lê a seguinte inscripção:

Este cruzeiro mandou reedificar João Henriques em Junho de 1729.

João Henriques devia ser o desembargador acima referido, o qual não fez obra nova, limitando-se a reconstruir algum cruzeiro antigo.

Proximo da quinta, atravessando as fazendas não muradas, por um caminho que vae dar á estrada de Palmella, junto á quinta da Feia, acham-se alguns marcos de pedra, da altura de um homem, tendo no alto, dentro de um losango, esculpida a cruz de Santiago. Eram marcos que definiam os limites territoriaes da Ordem.

d) Cruzeiro de Brancanes

Proximo do extincto Convento de Brancanes num dos mais pittorescos sitios dos arrabaldes de Setubal, existe um singelo cruzeiro, ao qual o sr. Portella associa enternecidas recordações. Na vespera de regressar á sua patria, o delicado poeta e famigerado contista dinamarquez Andersen disse um adeus de despedida áquelle padrão religioso. Esta singela mas commovente scena foi presencada pelo nosso compatriota, que ali se achava devaneando, numa tarde de outono, junto á *fonte das lagrimas*. O sr. Portella relacionou-se com Andersen do qual conserva piedosamente um testemunho de amisade — um retrato com amavel dedicatória.

Andersen, depois de ter percorrido a Europa, residiu por algum tempo em uma formosa quinta das cercanias de Setubal, onde encontrou — disse elle em carta ao primeiro visconde de Castilho — um reflexo do Paraizo terreal.

No dia 2 d'abril d'este anno festejou-se o centenario do delicioso escriptor scandinavo. O « Elmano », bi-semanario setubalense, cumpriu religiosa e jubilosamente o seu dever, commemorando esta data e associando-se a esta homenagem.

O cruzeiro de Brancanes acha-se derrubado em parte e por isso não o reproduzimos em gravura.

(Continua)

Sousa Viterbo.

VESTIGIOS DA CIVILIZAÇÃO ROMANA

EPIGRAPHIA LAPIDARIA EM COURA

(Concluido do numero antecedente, pag. 132)

Quarto

Na capella de S. Bartholomeu em Antas

IMP. CAES. G. JVL. VER. MAXIM
P F. AVG GERM MAX. DAC
MAX. SARM. MAX. PONT
MAX. TRIB. POT. V. IMP. VII
PAT PAT. CONS. PROCONS. ET
C. JVL. VER. MAX. NOB. CAES
GERM. MAX. DAC. MAX
SARM. MAX. PRINCEPS
JVENT. F. D. N. IMP

Refere-se ao imperador Maximino (Caio Julio Vero), successor de Alexandre Severo. A inscripção desde a copulativa ET refere-se a Caio Julio Vero Maximo, filho e associado do imperador no governo, desde 235 a 237.

Falta a parte inferior. A existente é de facil leitura e traducção (1).

(1) Este milliario, notavel pela concisão graphica das palavras, esteve por muito tempo de pernas para o ar Foi mandado pôr na posição normal por intervenção e a expensas de um illustrado filho d'esta terra, o senhor doutor Narciso C. Alves da Cunha, que em 1874 visitou os milliarios de Antas na companhia do distinctissimo archeologo vimezanense, já fallecido, dr. Francisco Martins Sarmento, e do senhor desembargador José Maria Pestana de Vasconcellos, ao tempo juiz de direito em Coura.

Constam estes factos do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, n.º 5, do anno de 1884.

Quinto

Na capella de S. Bartholomeu em Antas

D. N.
MAGNO
MAGNENTIO
IMPERATORI
AVG.
P. F.
B. N. R. P. N. (1)
XXXI

Refere-se ao imperador Flavio Magnencio, successor de Constante, a quem usurpou a purpura imperial em 350, tendo cerca de 47 annos de idade.

Este marco, de facil leitura e traducção, e que se salienta pela sua concisão, é uma das columnas, de que nos falla Argote, que, como acima se leu, elle diz dedicado a um irmão do imperador.

Que a memoria do illustre theatino nos perdoe, mas parece-nos fóra de duvida que a columna é dedicada ou, antes, refere-se a Magnencio, *bono nemini reipublicae nato*, e não ao irmão.

No entanto nós remettemos o leitor para as *Memorias do Arcebispo de Braga*, onde o graphico da columna diverge um pouco do que deixamos transcripto, o que de certo levou o auctor ás considerações, que ali expende, e nós omittimos para não avolumar o nosso modesto trabalho.

Sexto

Na Fonte do Olho, em S. Martinho

D N
MAGNO
: : NEN : : O
.....
.....

(1) Este agrupamento de siglas não vem mencionado no aliás importante Appendice do *Cours d'épigraphie latine*, de Cagnat, a que já fizemos referencia.

Traz, porém, o agrupamento muito conhecido dos epigraphistas B. R. P. N. ou seja *Bono rei publicae nato*. Parece-nos que o primeiro N. é sigla de *nomini*, traduzindo-se assim: *Nascido para o bom nome da republica*.

A palavra republica é aqui tomada, como se sabe, na accepção de «estado». Será isto?

Refere-se igualmente a Magnencio. Lê-se *Domino Nostro* Magno (Mag) nen (ci) o, quer esteja em dativo, quer em ablativo. Leitura e traducção incompletas, por incompleta estar a inscripção.

Setimo

No Crasto

D N
VALENTINIANO
VICTORI HAC
TRIVMPHA
FORI PERPET ::
SEMPER
AVGVSTO

Refere-se ao imperador Flavio Valenciano, a quem o Christianismo é devedor de relevantes serviços, e que governou o imperio desde 364 a 375.

Além dos milliarios retró enumerados, vamos exhibir á curiosidade do leitor a epigraphia de mais dois, que, segundo recentes informações, desapareceram de Antas.

O seguinte é uma das duas columnas mencionadas por Argote.

Tinha os seguintes caracteres :

MAG.
FILIO
THEO
NEPOS

E' a nosso vêr, de insuperavel difficuldade a leitura e traducção d'esta epigrapha.

Argote escreveu a seu respeito :

«Eu não sou Edipo para adivinhar. Sómente explicaria o que por conjecturas se póde determinar a respeito da intelligencia d'esta inscripção».

As subseqüentes explicações do aliás douto epigraphista são relativamente extensas, mas, com franqueza, nada esclarecem.

A interpretação, segundo elle, é a seguinte :

«O neto de Theodosio o Magno dedicou esta memoria ao filho de Theodosio o Magno» (1).

O segundo milliarior, que presumimos desapparecido, vem mencionado sob o n.º 6:227, na monumental obra de Hübner, a que já alludimos.

O distincto archeologo allemão chama-lhe *fragmentum milliarii* e com razão, pois apenas tinha os seguintes caracteres :

N
VDI
NO
DC

O que quer dizer? — Nós apenas diremos que é muito pouco para reconstituir a inscripção.

Voltamos a occupar-nos, como promettemos, do milliarior existente no adro da igreja de Rubiães.

Estão truncadas quasi todas as linhas, dissemos, por ter sido, ao que parece, adaptado a sarcophago. O facto importa alguma difficuldade na leitura e traducção. Essa difficuldade, porém, está bem longe de ser insuperavel; e nós, examinados attentamente outros milliarios egualmente construidos no tempo de Caracalla, completamos este pela forma seguinte :

IMP. CAES. DIVI SEVERI PII FIL
DIVI MARCI ANTONINI NEP.
DIVI ANTONINI PII PRONEP.
DIVI ADRIANI ABNEP
DIVI TRAIANI PART. ET
DIVI NERVAE ADNEP
M. AVRELIO ANTONINO PIO FEL. AVG.
PART. MAX.
BRIT. MAX.
GERM. MAX.
PONTIFICI MAX.
TRIBVNI. POT. XVII IMP. III
COS. IIII P P. PROCOS.
A BRACARA AVG. M. P.

(1.) O neto mais em evidencia de Theodosio o Grande foi Theodosio 2.º o Moço, filho de Arcadio. Referir-se-hia o marco a este ou a seu irmão Honório, imperador do occidente por morte de seu pae? Talvez nem a um nem a outro.

Terminamos esta nota, lembrando que ha probabilidades de que o celebre imperador Theodosio, o Grande, nascesse em terras de Coura.

Já escrevemos sobre o assumpto um artigo, que foi inscrito em diversas publicações.

Não temos a veleidade de crer que a inscripção fique bem reconstituída. Traduz apenas a nossa opinião, faltando-nos auctoridade para a impôr. Aceitamos mesmo de bom grado quaesquer indicações, com que os especialistas nos queiram honrar, ou directamente ou por intermedio d'este jornal, contando préviamente n'este caso com a acquiescencia da sua illustrada redacção.

A traducção, ligeiramente livre, começando pelo « dativo » da 7.ª linha, seguido dos « continuados » que o precedem e lhe succedem é :

Erigit-se este padrão sendo imperador Marco Aurelio Antonino, filho do divo (1) Severo Pio, terceiro neto do divo Adriano, quarto neto do divo Trajano Parthico e do divo Nerva ; pio, feliz, augusto, parthico maximo, britanico maximo, germanico maximo, pontifice maximo, 17 vezes investido no poder tribunico, tres vezes imperador, quatro vezes consul, pai da patria e pro-consul Distancia de Bracara Augusta (Braga) . . . mil passos (2).

Terminamos o nosso artigo fazendo um appello á digna municipalidade courense, que, attenta a sua illustração e civismo, de certo o tomará em consideração.

Pedimos-lhe que, pelos meios ao seu alcance, promova a remoção dos millarios de Rubiães para Paredes, no que prestará um bom serviço ao concelho.

Nos locaes, onde se acham, pouco valor estimativo se lhes pode adjudicar. Junto ao edificio da camara, não só se asseguraria melhor a conveniente conservação, mas ainda nos importaria a lidima vaidade de mostrar aos forasteiros vestigios materiaes, embora tennes, da civilisação romana em Coura.

M. J. CUNHA BRANDÃO

(1) Sobre a interpretação dos termos *divus, imperator* e outros epithetos usados na epigraphia romana nem preciso é ser medianamente versado em historia romana. Na maioria dos casos basta um *Magnum Lexicon*.

(2) Esta distancia não pode fixar-se com segurança, pois que se ignora o local onde fôra erigido o milliaro, mas é intuitivo que as letras algarismicas deviam significar a proximadamente 30.

As Ruínas da Igreja do Carmo de Lisboa

Do *Archivo de Architectura Civil* n.º 9, junho de 1867, reproduzimos o seguinte artigo do Abbade de Castro :

« Para não ser estranho nas coisas de casa e peregrino na propria casa. A igreja do ex-convento da Invocação de Santa Maria do Carmo, que pertenceu aos Religiosos Carmelitas Calçados de Lisboa, foi fundada no anno de 1389 pelo sempre grande e afamado Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, em commemoração e agradecimento pela victoria de Aljubarrota, ganhada gloriosamente pelos portuguezes contra as armas de Castella, a 14 de agosto de 1385, que firmou a independencia de Portugal, e ornou de loiros a fronte de D. Nuno Alvares Pereira. Seu fundador lançou-lhe a primeira pedra no mez de julho do já referido anno de 1389, e viu-lhe collocar a ultima em 1423. depois de 33 annos de trabalhos nunca interrompidos. Durante a edificação duas vezes se alluiu a capella mór, de sorte que á terceira vez que se lhe abriram os alicerces se profundou o cavouco abaixo do nivel do Valle, onde hoje é a praça de D. Pedro IV (vulgo Rocio). Os seculos xiv e xv produziram a architectura ogival, isto é, a reunião e a alliança intima do systema gothico com o systema arabe, cu mourisco. A architectura ogival, que em si encerra as graças, a ligeireza, a poesia da architectura arabe, e a colossal gravidade da architectura septentrional, veiu a ser por consequente do seculo xiii para o fim do xv a architectura monumental e religiosa na Europa. Da referida architectura é o templo de Santa Maria do Carmo de Lisboa.

Tem a igreja de comprimento da porta principal até á parede da capella-mór 337 palmos e de largura 100. Era divi-

dida em tres naves, tendo a do meio 40 palmos e as dos lados 23.

Foi sagrado este templo grandioso a 30 de agosto de 1423, por D. Ambrosio, bispo de Rvstona, como declara uma inscripção gravada em letra romana restaurada, que ali se observa ainda na pilastra, ao lado esquerdo antes de entrar a porta principal.

Da primitiva egreja, até ao fatal terremoto de 1755, só restam as paredes e o frontispicio. As obras da sua reedificação, começadas pelos religiosos carmelitas, depois do cataclismo de 1755, distinguem-se perfeitamente pela alvura da pedra das partes que restam da fabrica primitiva, ennegrecidas pelo tempo, e estaladas pela voracidade do incendio. Os frades começaram a reedificar a egreja, mas deixaram-na em muito atraso.

A primeira fabrica recommendava-se pela pureza e severidade do estylo da architectura monumental e religiosa. Os architectos e esculptores que presidiram á sua primeira construcção foram os seguintes: Estevão Vasques, Thiago de Carta, Gonçalo Eanes, João Lourenço, Affonso Eanes, Lourenço Affonso e Rodrigues Eanes.

N'este templo, que é uma das mais preciosas reliquias da antiguidade que Lisboa possui, assim como é um dos padrões da historia de Portugal, estão sepultados a duqueza de Bragança D. Joanna de Castro, mulher do 2.º duque D. Fernando I e alguns outros membros d'esta familia, os marqueses de Alegrete, Duarte Brandão, Antonio Ferreira, D. Miguel de Almeida, Manuel Alvares Pegas, Jorge Fernão de Evora, Jorge Pimentel, Antonio Carvalho da Costa, João de Guimarães (o Alfageme de Santarem), o Cardeal D. João da Motta e Silva, e outras pessoas notáveis em sangue, letras, armas e amor da patria.

O fundador deste grandioso edificio de Santa Maria do Carmo, n'elle veiu a terminar seus dias no 1.º de novembro do anno de 1131, depois de ter renunciado ás grandezas do mundo (resplendor falso, gloria mentirosa) e de haver repartido seus avulçados bens.

Monumentos que atestaes os mais gloriosos feitos, a sabedoria e magnanimidade dos passados, cai em terra, e com as vossas ruinas memoraes no porvir o desdenho, desatino e mesquinhez dos presentes. Templo ha ahi mandado derrubar, que por si é um livro.

Congresso internacional de architectos

Conclusões que, sobre os diversos themas sujeitos á apreciação d'este importante congresso, foram votadas ultimamente em Madrid. (*)

Thema n.º 1 — *A arte moderna nas obras de architectura.*

O congresso, tendo discutido este thema, concordou em que não é, de momento, oportunidade para se pronunciar ou emittir conclusões a seu respeito.

Thema n.º 2 — *A conservação e restauração dos monumentos de architectura.*

1.ª *conclusão* — Ha a distinguir duas especies de monumentos: os monumentos que, pertencendo a um periodo de civilização e tendo servido a determinados usos, já o não são nem serão, e os monumentos que continuam a ser utilizados para o fim para que foram construidos ou para outros.

2.ª *conclusão* — Os monumentos «mortos» devem «conservar-se» sómente consolidando as partes indispensaveis para evitar a sua ruína, porque a importancia do monumento consiste no seu valor historico e technico, valor que desaparece com o monumento.

3.ª *conclusão* — Os monumentos «vivos» devem «restaurar-se» para que possam continuar a servir, porque em architectura a utilidade é uma das bases da belleza.

4.ª *conclusão* — Esta restauração deve fazer-se no estylo primitivo do monumento, pois que assim se conserva a unidade, que é uma das bases de belleza architectonica, se as fórmulas geométricas forem perfeitamente reproduziveis. Devem respeitar-se as partes executadas em estylos differentes do conjuncto, quando essas tenham merecimento e não destruam o equilibrio do monumento.

5.ª *conclusão* — A conservação e restauração dos monumentos, sob a intervenção artistica, archeologica e technica do Estado, será da competencia dos architectos diplomados ou especialmente auctorizados.

6.ª *conclusão* — Provocar-se-ha, nos paizes em que ainda não haja, a criação de sociedades de defesa dos monumentos historicos

(*) *Diario de Noticias*, 4 de Maio de 1904.

e artisticos; nos que estas já existam promover-se-ha o seu desenvolvimento, e assim poderão grupar-se n'um esforço commum para o estabelecimento do inventario geral das riquezas nacionaes e locaes.

Thema n.º 3 — *Indole e alcance dos estudos scientificos na instrucção geral do architecto.*

1.ª *conclusão* — A instrucção scientifica dada ao architecto tem por fim proporcionar-lhe o meio de realisar as suas concepções com o auxilio dos seus collaboradores, os technicos dos diversos ramos.

2.ª *conclusão* — O ensino deve-lhe fornecer o meio de adoptar os recursos e as forças postas á sua disposição pelas sciencias, artes e diversos ramos technicos, sempre progressivos.

3.ª *conclusão* — E' pois necessario que o ensino scientifico do architecto esteja constantemente ao corrente dos progressos da sciencia applicada, de modo que o architecto caminhe a par dos adeantamentos d'essa sciencia e da humanidade.

Voto particular do sr. Adões Bermudes :

E' para desejar que os architectos sejam chamados aos conselhos superiores, que organisam os respectivos programmas, a fim de poderem indicar os conhecimentos que em cada paiz elles devem adquirir.

Thema n.º 4 — *Influencia dos processos modernos de construcção na fórma artistica.*

1.ª *conclusão* — As «fórmias decorativas» devem dar valor ao material e á structiva.

2.ª *conclusão* — Para serem bellas estas fórmias, devem estar em harmonia com as qualidades do material.

3.ª *conclusão* — Entre todos os processos de construcção moderna o cimento armado é um dos que reuñem mais condições constructivas, que se adaptam a grande numero de applicações. Mas até agora não se chegou a encontrar a fórma artistica correspondente ao emprego d'este processo de construcção.

4.ª *conclusão* — Uma boa e bella architectura sómente se obtem com esta condição: dado o material, a fórma artistica ha de ser a consequencia das suas propriedades, adaptadas ao fim para que a construcção foi destinada.

5.ª *conclusão* — Para obter um estylo novo é preciso que haja um principio generativo de construcção nova e applicações novas d'esse mesmo principio.

6.ª *conclusão* — O raciocinio e o sentimento, em architectura, são perfeitamente compatíveis.

Toda a fórma artistica deve ser logica.

Thema n.º 5 — *A propriedade artistica das obras de architectura.*

Conclusões — O congresso, recordando por um lado os votos ha

vinte e cinco annos emittidos nos congressos internacionaes de architectura e de propriedade artistica, assim como nos congressos internacionaes da Associação Litteraria Artistica Internacional, principalmente em Madrid em 1887, e nas reuniões de syndicato para a protecção intellectual; recordando por outro lado o protocolo de encerramento da conferencia diplomatica que teve logar em Paris em 1896, o qual consagrò o principio da protecção completa das obras de architectura; e recordando, finalmente, a lei hespanhola de 10 de janeiro de 1879 (artigos 33.º e 37.º) e a lei franceza de 11 de março de 1902, que protegem expressamente as obras de architectura, é de parecer:

1.º — Que os desenhos de architectura comprehendem os das fachadas interiores e exteriores, as plantas, córtes e alçados e constituem a primeira manifestação do pensamento do architecto e a obra de architectura;

2.º — Que o edificio não é mais do que uma reproducção sobre o terreno dos desenhos de architectura.

E renova o voto de que as obras architecturaes sejam protegidas em todas as legislações e convenções internacionaes do mesmo modo que o são as outras obras artisticas.

Thema n.º 6 — Instrução dos operarios de construcção.

1.ª *conclusão* — Os governos, as municipalidades e as collectividades profissionaes devem dedicar uma attenção muito particular á instrucção technica do operario de construcção.

2.ª *conclusão* — Este ensino deve abranger todos os ramos da construcção e não se limitar a especialidades mais ou menos artisticas, para as quaes já existem escolas.

3.ª *conclusão* — O ensino deverá ter um caracter tão pratico quanto possivel, com o fim de crear bons operarios de construcção.

4.ª *conclusão* — A direcção das respectivas escolas será confiada exclusivamente a architectos e o ensino a technicos das diversas especialidade e mestres d'obras experimentados.

5.ª *conclusão* — Essas escolas concederão certificados de fim d'estudo, e não diplomas que possam dar logar a falsas interpretações.

6.ª *conclusão* — Classes supplementares se devem estabelecer para os operarios que, tendo trabalhado pelo menos 3 annos em construcção, possam, por estudos complementares, adquirir o titulo de mestre.

7.ª *conclusão* — As sociedades de architectos estimularão os operarios de construcção por meio de pensões, medalhas e outras recompensas.

Thema n.º 7 — Influencia dos regulamentos administrativos na architectura particular contemporanea.

1.ª *conclusão* — Dada a influencia que os regulamentos administrativos podem exercer no progresso da architectura particular

contemporanea, é para desejar que os ditos regulamentos se limitem ás medidas de segurança e de hygiene, com o fim de não crear obstaculos á iniciativa particular do architecto, debaixo do ponto de vista technico e esthetic.

2.ª conclusão — Sendo a arte e a sciencia por si proprias progressivas, e tendo n'ellas que basear-se a architectura, não devem os regulamentos administrativos conservar-se estacionarios, e deverão portanto ser frequentemente revistos com o fim de se manterem constantemente á altura do progresso da sciencia moderna, não perdendo a sua característica simplicidade e não deixando de assegurar a maior liberdade possivel do architecto.

3.ª conclusão — Para attingir este fim o congresso emite o voto de que comités technicos e consultivos instem junto das corporações administrativas pela revisão dos regulamentos especiaes, propondo lhes modificações em harmonia com os costumes e progressos da região em que estes regulamentos devem ter applicação.

4.ª conclusão — E' pois necessario que em todos estes assumptos e sempre que estes se refiram a interesses locais, as corporações competentes possam proceder com a maior liberdade possivel, mas sem nunca se desviarem das leis geraes do paiz.

Thema n.º 8 — *Exposição das obras d'arte architectonica.*

Conclusão — O Estado tem o direito de expropriar qualquer obra artistica ou de reconhecido valor historico, quando em poder do seu proprietario ella se destrua ou se não conserve devidamente mediante a indemnisação fixada por pessoas competentes.

Thema n.º 9 — *Será convenientemente a intervenção, como arbitro, do architecto no regulamento das relações entre patrões e operarios de construcção, e na solução dos conflictos a que essas relações podem dar lugar?*

Conclusão — E' conveniente que os patrões e os operarios possam reclamar a intervenção dos architectos quando discutam o regulamento do trabalho, ou quando entre os mesmos se levantem duvidas; e para desejar, tendo em consideração a importancia dos interesses, em litigio e do serviço que pode prestar se, que os architectos aceitem animosamente o papel de arbitro, amigavel conciliador, que implica simultaneamente de ambas as partes uma honrosa homenagem á sua sciencia e á elevação do seu character.

Estes são, na actualidade, os votos dos technicos da edificação.

Oxalá as administrações publicas os tomem na devida consideração e os convertam em realidade.

Seria mesmo para desejar que aos delegados officiaes n'estas assembléas internacionaes fossem superiormente dadas instrucções que lhes facilitasse a acção, como seria da maior conveniencia social.

REAL ASSOCIAÇÃO

DOS

ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

ACTA N.º 7

Sessão de Assembléa geral em 29 de Dezembro de 1904.

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Augusto José da Cunha.

Secretarios, Rocha Dias e o sr. Francisco Carlos Parente.

Abriu-se a sessão ás 8 e meia horas da noite, achando-se presentes, alem da mesa, os seguintes socios: Ex.^{mos} Srs. Visconde da Torre da Murta, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, José Joaquim de Ascensão Valdez, Sebastião da Silva Leal, Rosendo Carvalheira, J. Rodrigues Fernandes, Victor Maximiano Ribeiro, A. R. Adães Bermudes, dr. Caetano da Camara Manoel, José Alexandre Soares, Antonio Cesar Mêna Junior, dr. Arthur Lamas, J. V. Mendes Guerreiro e Guilherme J. C. Henriques.

Acta — approvada.

Correspondencia :

Uma carta do sr. thesoureiro Ernesto da Silva, motivando a sua falta á sessão ;

Outra do sr. Nicolau de Almeida, redactor da *Folha da Covilhã*, offerecendo os seus serviços naquella cidade ;

Um officio do socio sr. Ventura Terra, agradecendo o haver sido eleito por unanimidade para representar esta Associação no jury do concurso aberto para a classificação dos projectos do novo templo dedicado á Immaculada Conceição da Virgem Maria ;

Outro do socio sr. Adães Bermudes, enviando em deposito para o Museu do Carmo os seguintes objectos da epocha romana : uma mó de pedra, dois pedaços de mosaico, um capitel de columna e um tijolo, todos os quaes foram encontrados nas proximidades

da villa de Arronches, no Alemtejo, e alguns tijolos do seculo xvi que formavam os artezões das abobadas de uma igreja de Elvas ;

Outro da Commissão Executiva do monumento a Eduardo Coelho, convidando o sr. Presidente e demais associados a assistirem á inauguração do monumento que por subscrição nacional foi erigido em homenagem áquelle illustre cidadão, benemerito fundador do popular jornal *Diario de Noticias* e que foi nosso socio effectivo.

O sr. Presidente disse que o secretario Eduardo Rocha Dias fóra encarregado de representar a associação n'esta solemnidade; e participou que o distincto pintor sr. Antonio Felix da Costa tinha concluido já os retratos dos fallecidos conde de S. Januario, presidente, e Valentim José Corrêa, vice-presidente. Como estes retratos devem ser inaugurados em sessão especial, resolveu se transmittir a participação aos socios incumbidos de lerem os respectivos elogios historicos, os srs. João Feliciano Marques Pereira e Rozendo Garcia de Araujo Carvalheira.

Sob proposta do sr. Presidente foi approvado que se consignasse na acta um voto de sentimento pela morte do illustre socio effectivo, o sr. Visconde de Coruche.

Leu-se na mesa uma proposta do Conselho para se pedir ao governo que, pelo Ministerio das Obras Publicas, mandasse melhorar o esgoto das aguas pluviaes nas naves da igreja do Carmo e fazer o empedramento de todo esse espaço.

Suscitou esta proposta alguma discussão, em que entraram os srs. Adães Bermudes, Rozendo Carvalheira e Mendes Guerreiro, concordando todos na necessidade de se conseguirem melhoramentos no pavimento das naves, mas divergindo quanto á segunda parte d'ella, principalmente sob o ponto de vista da esthetica: preferia o sr. Mendes Guerreiro o calcetamento em mosaico, sustentava o sr. Carvalheira que se devia prescindir de calcetamento, pois bastava que o terreno fosse coberto de calça e cylindrado de tempos a tempos, e apresentou o sr. Bermudes a seguinte modificação: « Proponho que se modifique a proposta do Conselho no sentido de se pedir ao Governo unicamente o calcetamento de uma facha central desde a escada até á porta do Museu, com valetas lateraes que, recolhendo as aguas pluviaes, permittisse a sua conducção facil para fóra do edificio. »

Em conclusão, e pelas indicações do sr. Mendes Guerreiro

votou se que a proposta voltasse ao Conselho para de novo a considerar.

Foram lidas na Mesa quatro propostas do Conselho Facultativo para serem admittidas a socios effectivos os srs. : Francisco Luiz Pereira de Sousa, engenheiro militar, auctor das seguintes publicações : « Idéa geral dos calcareos empregados nas construcções de Lisboa ; Subsidios para o estudo dos calcareos do districto de Lisboa ; Elementos de geographia physica da Europa segundo os novos methodos geographicos (1901), etc. » ; Antonio do Couto, architecto pela Escola de Bellas Artes de Lisboa ; Julio Augusto Ferreira, amador de archeologia ; e a scocio correspondente o sr. Antonio Peres Dias Guimarães, architecto pela Escola de Bellas Artes do Porto.

A primeira estava assignada pelos srs. João Verissimo Mendes Guerreiro, Gabriel Pereira e José Joaquim d'Ascensão Valdez ; a segunda, pelos srs. Francisco Soares O'Sulivand, Francisco Carlos Parente e A. R. Adães Bermudes ; a terceira, pelos srs. Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, J. J. d'Ascensão Valdez, Monsenhor Conego Joaquim M. Pereira Botto, Arthur Lamas, Henrique Sabino dos Santos, Gabriel Pereira, Manuel Joaquim de Campos, José Leite de Vasconcellos ; e a quarta pelos srs. Francisco Soares O'Sulivand, Francisco Carlos Parente e A. R. Adães Bermudes.

O sr. Presidente disse que, em vista do que se resolvêra ultimamente, sob proposta do sr. Bermudes, ia proceder-se á votação por espheras.

Monsenhor Elviro dos Santos mostrou não concordar com esta resolução.

O sr. Carvalheira requereu que fosse esta a ultima vez em que se dispensasse o escrutinio secreto.

O sr. Bermudes disse que não votava nenhuma das propostas, visto que não se cumpria a disposição dos Estatutos, que preceitua seja feita por aquella fórma a votação das propostas para admissão de socios.

O sr. Silva Leal manifestou-se em favor do cumprimento dos Estatutos, conforme desejava o sr. Bermudes.

Consultada a assembléa, resolveu, por dez votos contra seis, que a votação fosse por aclamação.

Logo depois, as quatro propostas, cada uma de per si, foram approvadas por aclamação, não votando o sr. Bermudes, pelo motivo já exposto. Monsenhor Elviro dos Santos agradeceu ao sr. Carvalheira o ter requerido a dispensa do escrutinio secreto.

O sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Visconde da Torre da Murta para fazer a leitura do Relatorio Annual do Conselho Facultativo.

Ao terminar esta leitura, foi o sr. Visconde muito felicitado, propondo o sr. Presidente que o Relatorio se imprimisse no *Boletim*, e o sr. Carvalheira, que se consignasse na acta um voto de reconhecimento e congratulação pelo esmero e correcção d'aquelle trabalho. Repetiram-se os applausos que o sr. Visconde da Torre da Murta agradeceu penhorado.

Monsenhor Elviro dos Santos offereceu á Associação uma photographia da capella de Nossa Senhora da Pureza, que pertencia ao palacio do Marquez de Castello Melhor e lembrou a conveniencia de reproduzil-a no *Boletim*.

Agradecendo este offerecimento, deliberou a assembléa enviar a photographia á direcção do *Boletim*.

O sr. Mèna Junior propoz que se consignasse na acta um voto de louvor e congratulação pelo exito do concurso para o monumento á Immaculada Conceição da Virgem, concurso em que brilhantemente se manifestou o talento dos architectos nacionaes e propoz alem d'isso, que da resolução da assembléa se dèsse conhecimento á Sociedade dos Architectos Portuguezes.

Em seguida offereceu ao Museu do Carmo o decalco em gesso de uma inscripção existente no cruzeiro da Quinta das Lorangeiras, a respeito do qual lhe constava que em breve seria publicado no *Diario de Noticias* um artigo do seu redactor o eminente archeologo sr. dr. Souza Viterbo.

Approvadas as propostas, agradeceu-se ao sr. Mèna o offerecimento que acabava de fazer.

O sr. Carvalheira disse que seria conveniente inserir no *Boletim* a série de artigos e gravuras que ácerca de *Cruzeiros* está publicando o referido *Diario* e que são todos devidos á erudita penna de um dos mais inclitos membros d'esta Associação, o sr. dr. Souza Viterbo.

Foi approvedo que se procedesse no sentido indicado.

O sr. Silva Leal apresentou uma proposta assim concebida:
 « Se n'outros tempos porventura mais felizes, o nosso paiz era abundante em edificios onde se notavam, e n'alguns ainda se admiram, bellezas architectonicas, tambem era abundante em pelourinhos na sua maioria pertencentes ao reinado de D. Manuel, que eram muito apreciaveis quer pelo lado historico quer pelo lado architectural e esculptural.

Conservar essas antiquissimas columns que nos annaes artisticos do nosso paiz constituem documentos interessantes e altamente recommendaveis, é um dever que se impõe. Salvemos, pois, essas reliquias de arte, aquellas ainda milagrosamente existentes, de um vandalismo futuro muito possivel e provavel, porque deixal-as destruir, ou deixal-as mutilar é commetter simplesmente uma barbaridade para que não ha nenhuma attenuante. Como a nossa Associação resolveu — e honra lhe seja — entrar n'um periodo de actividade, reclamando dos poderes publicos a conservação de tudo quanto seja de valor historico, e por consequencia que diga respeito aos estudos archeologicos e architectonicos do paiz, tenho a honra de fazer a seguinte

Proposta

Proponho que a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes procure por todos os meios ao seu alcance obter do governo providencias para que sejam conservados os pelourinhos ainda existentes, mandando até, quando as respectivas camaras o não possam fazer, restaurar os que d'isso precisem para que não desapareçam por completo taes reliquias do passado.

Que se officie ás Camaras Municipaes de Lanhoso e Lousada, chamando a sua attenção para o estado de ruina em que se encontram os respectivos pelourinhos, solicitando com empenho que restaurem e salvem d'uma completa ruina esses symbolos da sua antiga autonomia.

O socio effectivo n.º 319,

(a) *Sebastião da Silva Leal*

O sr. Carvalheira disse que já em tempo (sessões de 21 de Setembro e 29 de Dezembro de 1901) a nossa Associação se occupára do pelourinho de Villa Franca e de outros; lembrava agora que sobre o assumpto se devia officiar ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes.

Fizeram ainda breves reflexões os srs. Silva Leal, Ascensão Valdez, Guilherme Henriques e Adães Bermudes, resolvendo-se afinal que a proposta em questão fosse remettida ao Conselho Facultativo para emittir sobre ella o seu parecer, ouvidas as Secções respectivas.

O sr. Guilherme Henriques justificou as suas faltas ás anteriores sessões e offereceu para a Bibliotheca da Associação *A segunda parte da Correspondencia do Marechal Saldanha. Cartas de Agostinho José Freire ao mesmo Marechal*, cujos originaes já depositou na Bibliotheca Nacional de Lisboa e disse que em breve publicaria a *Primeira parte* da mesma correspondencia.

Votaram - se agradecimentos ao digno offerente.

O sr. Carvalheira offereceu ao Museu do Carmo a reproducção em gesso de um magnifico baixo relevo, a *Adoração dos Reis Magos*, existente na igreja de S. Domingos de Bemfica e que faz parte do Sacrario que está no altar mór. A reproducção é de uma obra de talha em madeira doirada, um bello exemplar de esculptura do seculo XVIII.

Terminando, e ainda com referencia á proposta do sr. Mêna Junior, sobre o concurso entre architectos nacionaes, disse que fôra aquelle certamen um acontecimento artistico muito notavel, muito digno de ser accentuado, a comprovação documental de que no paiz ha aptidões que esperam apenas a occasião para poderem revelar - se.

Consignados agradecimentos ao sr. Carvalheira, o sr. Presidente encerrou a sessão, eram mais de dez horas da noite.

O Secretario

Eduardo A. da Rocha Dias



Capella de N. Senhora da Pureza, pertencente ao antigo
palacio do Marquez de Castello Melhor.